



# Anais da Assembléia

Nº 59

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 049ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1989  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, secretariada pelos Srs. Deputados Raul Lopes e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguldo, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (52). Achando-se em licença os Senhores Deputados: Hermas Brandão e José Felinto (02). Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM 55/89

Curitiba, de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Termo de

Acordo celebrado em 17 de agosto de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a interveniência das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Agricultura e do Abastecimento, objetivando a elaboração de estudos, pesquisas, e avaliação do Programa de Combate à Erosão do Estado do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa

## TERMO DE ACORDO Nº 06/88

Acordo celebrado entre o Estado do Paraná através de sua Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a interveniência das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, para os fins que especifica.

Aos dezessete (17) dias do mês de agosto de 1988, na presença dos Excelentíssimos Senhores, Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias e Ministro de Estado do Interior, Dr. João Alves Filho, o Estado do Paraná através de sua Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, doravante denominado Estado, representado por seu Secretário de Estado, Dr. Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Interior, criada pelo Decreto-Lei nº 301, de 28 de fevereiro de 1967, inscrita no CGC/MF sob o nº 92885151/0001-92, com sede na rua Caldas Júnior, 120, 20º andar, em Porto Alegre/RS, doravante denominada SUDESUL, representada por seu Superintendente, Dr. Napoleão de Oliveira, conforme ato autorizativo expresso no art.4º, inciso

VII, do Decreto nº 72.775, de 11 de setembro de 1973, combinado com o art. 26, inciso X, do Regimento Interno da Autarquia, com a interveniência das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDU, representada por seu Secretário de Estado, Dr. Ary Veloso Queiroz e da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, representada por seu Secretário de Estado, Dr. Osmar Fernandes Dias, Resolvem celebrar o presente Acordo, de conformidade com o Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e demais legislação pertinente, sujeitando-se ao cumprimento das seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

Constitui objeto do presente Acordo a elaboração de estudos, pesquisas, e avaliação do Programa de Combate à Erosão do Estado do Paraná - PRONOROESTE.

#### SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O objeto deste Acordo deverá ser realizado de acordo com o Plano de Aplicação, Cronograma Financeiro e demais especificações constantes do Processo protocolizado na SUDESUL sob nº 3138/88, que passam a integrar o presente instrumento, independente de transcrição.

#### SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Para a execução do presente Acordo, o Estado, compromete-se a realizar os serviços referidos, diretamente ou através de terceiros, obedecida a legislação em vigor.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para atender a execução do presente Acordo, a SUDESUL compromete-se a participar com recursos financeiros no montante de Cz\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzados), que serão aplicados conforme os perfis de projetos e cronogramas físico-financeiro aprovados pela SUDESUL.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Estes recursos correrão à conta do Orçamento Programa da SUDESUL, (Lei nº 7632, de 03.12.87), assim classificados: Função: Desenvolvimento Regional; Programa: Proteção ao Meio Ambiente; Subprograma: Defesa Contra a Erosão; Projeto: 07774551.273 - Controle da Erosão do Noroeste do Paraná; Elemento de Despesa: 4.1.3.0/07 - Investimentos em Regime de Execução Especial/Outros Serviços e Encargos; Valor: Cz\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzados); Nota de Empenho nº 1031, de 16 de agosto de 1988.

#### SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Os recursos necessários à continuidade da execução do presente Acordo, se for o caso, serão empenhados posteriormente e indicados em termos aditivos específicos, sendo que, para os exercícios subseqüentes,

ficarão os mesmos condicionados à sua inclusão nos respectivos orçamentos-programas.

#### SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Os recursos de que trata esta cláusula, deverão ser depositados em conta corrente específica e vinculada, mantida no Banco do Brasil S/A, onde, conste explicitamente, "SUDESUL/ACORDO Nº 06/88".

#### SUBCLÁUSULA TERCEIRA

O Estado manterá registros contábeis específicos, observando as normas gerais contidas nos artigos 87 e 93 da Lei nº 4320/64.

#### SUBCLÁUSULA QUARTA

Os recursos recebidos da SUDESUL serão classificados como receita orçamentária do Estado, constituindo-se em transferências correntes ou de capital, conforme o caso.

#### SUBCLÁUSULA QUINTA

Na execução do presente Acordo, toda e qualquer despesa que exceder dos recursos previstos no "caput" desta cláusula, correrá às expensas do Estado, que se obrigará, no prazo estabelecido na Cláusula Décima Segunda a prover os recursos necessários ao total atendimento dos objetivos contidos na Cláusula Primeira deste instrumento.

#### SUBCLÁUSULA SEXTA

Constitui motivo para rescisão do presente Acordo a utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista na Cláusula Primeira, inclusive no mercado financeiro.

#### CLÁUSULA QUARTA - Da Liberação dos Recursos

A primeira parcela, no valor de Cz\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados), será liberada ao Estado através da SEPL após a publicação deste Acordo no Diário Oficial da União.

#### SUBCLÁUSULA ÚNICA

A liberação da parcela subseqüente no valor de Cz\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados), prevista no cronograma físico-financeiro, dependerá da apresentação de relatório parcial, referente à utilização da parcela anterior.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos repassados pela SUDESUL, deverá ser efetuada pelo Estado através da SEPL, na seguinte forma:

- através de relatório parcial, referente à primeira parcela liberada, imediatamente após a sua efetiva aplicação;
- através de relatório final, dentro do prazo de trinta (30) dias após o término da vigência do Acordo e de acordo com a legislação pertinente e orientações da SUDESUL.

#### SUBCLÁUSULA ÚNICA

Deverá ser restituído à SUDESUL even-

tual saldo dos recursos, dentro do prazo de trinta (30) dias após a conclusão ou extinção do Acordo, estabelecendo-se, ainda, que a SUDESUL fica autorizada a promover a referida restituição, junto ao Banco do Brasil S/A, no caso de falta de movimentação da conta por prazo superior a noventa (90) dias, sem justa causa, a critério da mesma.

#### CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Cabe à SUDESUL a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução local dos trabalhos objeto deste Acordo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA PARALISAÇÃO DOS TRABALHOS

Em caso de paralisação, a SUDESUL poderá assumir os serviços objetos deste Acordo, a fim de evitar a descontinuidade do serviço público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DIVULGAÇÃO

Toda divulgação ou impressão de material relativa a este Acordo deverá conter expressa citação da participação dos acordantes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente Acordo vigorará até 31.12.88, após sua publicação no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo ou por consenso epistolar, nos termos do artigo 27 do Decreto-Lei n. 301/67.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO E DENÚNCIA

Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer dos convenientes e rescindido a qualquer tempo, ficando os mesmos responsáveis pelas obrigações e auferindo as vantagens somente em relação ao tempo em que participarem do Acordo.

#### SUBCLÁUSULA ÚNICA -

Se a rescisão foi motivada por inadimplência do Estado, a este caberá devolver

a importância recebida da SUDESUL, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data em que for notificado para tal fim.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

As providências de publicação deste instrumento no Diário Oficial da União, dentro do prazo estipulado em lei, serão tomadas pela Sudesul, correndo a respectiva despesa à conta de sua dotação orçamentária própria.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

É o foro de Porto Alegre da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, da cidade de Porto Alegre, o competente para dirimir qualquer questão decorrente da execução do presente Acordo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O disposto neste Acordo poderá ser alterado, explicitado ou detalhado independentemente de termo aditivo, mediante consenso epistolar que, para todos os efeitos integrará o presente instrumento, sempre que houver necessidade superveniente, desde que mantidos o seu objeto, suas diretrizes básicas e o valor global dos recursos empenhados.

E, por estarmos de acordo, firmam as partes, o presente Acordo em duas vias, de igual teor e forma.

Curitiba, 17.08.88.

(aa) FRANCISCO DE BORJA BAPTISTA DE MAGALHÃES FILHO - Secretário do Estado - SEPL

NAPOLEÃO DE OLIVEIRA

Superintendente - SUDESUL

ARY VELOSO QUEIROZ

Secretário de Estado - SEDU

OSMAR FERNANDES DIAS

Secretário de Estado - SEAB

Presentes: (aa) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado do Paraná

JOÃO ALVES FILHO

Ministro de Estado do Interior

#### PLANO DE APLICAÇÃO

ACORDO Nº 06

Proposta de Convênio entre: SUDESUL - Superintendência da Região Sul e Estado do Paraná

(nome do Estado, Município ou entidade)

CGC do conveniente: 76416916/0001-99

Nº da conta no Banco do Brasil local. 155-936/2

Agência de Curitiba - Cent

DESCRIÇÃO DO OBJETO/OBRA	RECURSOS DA SUDESUL - Cz\$	RECURSOS DO CONVENIENTE	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	VALOR TOTAL Cz\$	PRAZO DE EXECUÇÃO em meses
Elaboração de estudos, pesquisas e avaliação do Programa de Combate a Erosão do Estado do Paraná - PRONOROESTE.	40.000.000,00				31.12.88 4 meses

#### CRONOGRAMA FINANCEIRO

Nº de parcelas	Datas de entrega pela SUDESUL		SUDESUL VALOR GLOBAL - Cz\$
	Parcela nº	Valor - Cz\$	
02	1ª após a publicação	20.000.000,00	40.000.000,00
	2ª novembro/88	20.000.000,00	

Localidade e data:

Porto Alegre, 16 de agosto de 1988

OBSERVAÇÕES:

Assinatura:

Curitiba, 14 de junho de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio SE-PLAN-PR - nº 19/88, celebrado em 28 de dezembro de 1988, entre o Estado do Paraná e a União, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, objetivando cooperação, nos planos técnico e financeiro, para realização dos projetos que especifica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

#### Ofícios:

Sob os nºs DTL/SAT 91, 92, 93, 94, 100, 101, 102, 103 e 104/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de leis, sob os nºs:

058/87 - De autoria dos Deputados ANTONIO ANNIBELLI, DAVID CHERIEGATE e GERNOTTE KIRINUS, que cria o Município de LINDOESTE, desmembrado do Município de CASCAVEL e com as divisas que especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 9.006. - Anote-se - Arquivo-se.

121/86 - De autoria dos ex-Deputados NILSON SQUAREZI e EDGAR PIMENTEL, que cria o Município de IBEMA, desmembrado do Município de CATANDUVAS, e com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.007. Anote-se - Arquivo-se.

133/87 - De autoria dos Deputados ANTONIO ANNIBELLI, DAVID CHERIEGATE e GERNOTTE KIRINUS, que cria o Município de SANTA TEREZA DO OESTE, desmembrado dos Municípios de CASCAVEL, TOLEDO e CÉU AZUL; e com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.008. Anote-se - Arquivo-se.

206/86 - de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que cria o Município de OURO VERDE DO OESTE, desmembrado do Município de TOLEDO e com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.009. Anote-se - Arquivo-se.

306/88 - De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS ROTARIANAS DE LOANDA, com sede e foro no Município de Loanda, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.010. Anote-se - Arquivo-se.

341/88 - De autoria do Deputado NEREU

CARLOS MASSIGNAN, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina da Lagoa - APAE, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.011. Anote-se - Arquivo-se.

028/89 - De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor JOÃO ZENON DE FERREIRA BANDEIRA, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.012. Anote-se - Arquivo-se.

033/89 - De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Moradias Atenas I, o qual convertido em Lei tomou o n. 9013. Anote-se. Arquivo-se.

075/89 - De autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública estadual a Associação de Proteção à Maternidade e Infância - A.P.M.I. na Cidade de São Carlos do Ivaí, o qual convertido em lei tomou o n. 9014. Anote-se - Arquivo-se.

092/89 - Do PODER EXECUTIVO, que altera o Anexo do art. 290, da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, no tocante ao número de cargos da carreira de Escrivão de Polícia Feminino, o qual convertido em Lei tomou o n. 9015. Anote-se - Arquivo-se.

091/89 - Do PODER EXECUTIVO, que concede a MARLENE KIELONKA, uma pensão mensal no valor de 2 salários mínimos de referência, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.016. Anote-se - Arquivo-se.

031/89 - De autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que institui o "Dia do Transportador Paranaense", a ser comemorado a cada ano no dia 12 de julho, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.017. Anote-se - Arquivo-se.

Sob o n. DTL/SAT 95/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei n. 340/88, por julgá-lo contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. DTL/SAT 96/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei n. 039/89, em razão do fato da Entidade Associação Comunitária de Moradores da Vila Pinto, já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei n. 8.160, de 07 de novembro de 1985. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. DTL/SAT 105/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 115/89, em razão dos motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofício nº 013/89

Curitiba, 27 de junho de 1989.  
Senhor Presidente.

Pelo presente, a Deputada AMÉLIA HRUS-

CHKA, na qualidade de Líder da Bancada do PRN, vem indicar os Deputados abaixo relacionados para Vice-Lideranças da bancada do PRN.

Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Deputado FERRARI JÚNIOR

Deputado ANTÔNIO BARBARA

Sem mais para o momento, reiterando a Vossa Excelência apreço e consideração.

Atenciosamente

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

Líder do PRN

Ofício nº 49/89

Curitiba, 27 de junho de 1989.

Senhor Presidente.

A Liderança da Bancada do PMDB, vem, pelo presente indicar os Deputados Gernote Kirinus, Acyr Mezzadri e Neivo Beraldin, para Vice-Líderes.

Nada mais havendo a tratar, no ensejo, renovamos os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE DA BANCADA DO PMDB DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA AO GOVERNADOR ALVARO DIAS.

Diante das expressões injuriosas e ofensivas, dirigidas ao Governador do Estado e estampadas no Jornal "Folha de Londrina", edição de hoje, 27 de junho, a Bancada do PMDB na Assembléia Legislativa manifesta sua solidariedade ao Governador Alvaro Dias, cuja postura pública é digna de respeito e admiração.

O Governador foi vítima de infundado ataque à sua honra pessoal. Porém, o ataque isolado, que não retrata o pensamento de uma instituição digna, não irá comprometer a harmonia entre os Poderes constituídos.

No episódio PROMOPAR-BADEP, largamente difundido pela imprensa, o Governador agiu na defesa do interesse público, que sofreu pesado prejuízo econômico, conforme comprovado por esta Assembléia, através da Comissão Especial de Investigação.

Ora, quem age na defesa do patrimônio público está cumprindo um dever, não merece crítica. Sua conduta, antes de tudo, deve servir de exemplo.

Seu governo, pautado por realizações estribadas na moralização da coisa pública, na racionalização de despesas, na punição de práticas imorais, fala mais alto que a voz da parcialidade.

Expressamos, pois, nosso voto de repúdio à ofensa irresponsável e de renovada confiança e solidariedade ao Governador Alvaro Dias.

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) Acyr Mezzadri, Lauro Lobo Alcantara,

Neivo Beraldin, Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, José Afonso Júnior, Antônio Annibelli, Cândido Bastos, Irondi Pugliesi, Sabino Campos, Vera Agibert, Nestor Baptista, Artagão Mattos Leão, Homero Oguido e Gernote Kirinus.

REQUERIMENTO Nº 1352

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja suspenso o Regime de Urgência e retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 (cinco) sessões, o Projeto de Lei n. 130/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede gratificação de tempo integral e dedicação de tempo integral e dedicação exclusiva, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com fundamento no disposto pelo art. 100, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, preferência de Discussão e Votação, para os Projetos de Resolução ns. 32 e 35/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO Nº 1334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO Nº 1353

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, a retirada, por 10 sessões, da Proposição n. 42/89, relativa ao veto apostado pelo Senhor Governador do Estado do Paraná, ao Projeto de Lei n. 106/89, de autoria do nobre deputado Paulo Furiatti.

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se do Projeto de Lei n. 106/89, matéria polêmica, pois que estabelece cri-

térios para o tombamento de bens particulares no Estado do Paraná, sendo que há dúvidas quanto a sua constitucionalidade, e que foi vetado pelo Senhor Governador do Estado do Paraná; assim, retornou à Assembleia Legislativa do Estado na forma da Proposição n. 42/89 para análise por esta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO N° 1351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consagração de um voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Antonio Gasparotto, ex-vice Prefeito de São João período 72 a 76 neste Estado, ocorrido em data de 19 do corrente mês, naquela Cidade.

Outrossim, requer seja dada ciência da decisão deste Plenário à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.06.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### REQUERIMENTO N° 1333

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Rádio Clube Paranaense - PRB-2, pela passagem do seu 65° aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à direção da emissora.

Sala das Sessões em 27.06.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Rádio Clube Paranaense, PRB-2, fundada em 27 de junho de 1924, permanece até hoje como líder em audiência em todo o Estado do Paraná.

Respaldada por uma extraordinária credibilidade junto à opinião pública de todo o Estado, merece e deve receber este registro da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pela maneira como conduz imparcialmente a grande penetração conquistada ao longo dos anos junto à população, e prestando relevantes serviços à comunidade, de um modo geral.

A Rádio Clube Paranaense representa o verdadeiro espírito paranaense de pioneirismo, contribuindo sobremaneira para o nosso desenvolvimento técnico, cultural, econômico e sobretudo, social.

A alta tecnologia aliada à capacidade criativa dos recursos humanos com a eficientíssima aptidão gerencial resumem os fatores de sucesso da emissora, líder de audiência, cobrindo todo o território paranaense, alcançando com sua alta potência todo o Brasil, levando a todos os seus inúmeros ouvintes a informação, o entretenimento, a cultura - ao mesmo tempo

transportando para a opinião pública a imagem real do Paraná.

É portanto, motivo de grande júbilo para todos os paranaenses a comemoração do aniversário da Rádio Clube Paranaense - PRB-2. A este júbilo o Poder Legislativo se associa como representante do povo, congratulando-se com a direção da emissora, e seu corpo de profissionais, como atestado de que o sucesso é fruto de trabalho e da competência administrativa.

#### REQUERIMENTO N° 1336

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em ata dos trabalhos desta data, do Poder Legislativo, de votos de congratulações à Rádio Clube Paranaense, pela passagem dos seus 65 anos de fundação.

A Rádio Clube foi fundada em 27 de junho de 1924, tendo origem num clube de rádio que congregava aficcionados da nova maravilha que empolgava o mundo: a radio-telefonía.

Lívio Moreira foi o pioneiro, cujo entusiasmo contagiou a outros, junto com os quais fundou a primeira rádio do Paraná.

A história da Rádio Clube enseja um pedaço valioso da história do nosso Estado, uma vez que, por seus microfones, passaram grandes nomes da música nacional e internacional: Vicente Celestino, Marlene, Carlos Galhardo, Nuno Roland, Jorge Goulart, Tito Schipa, Yma Sumac, Orquestra Casino de Sevilla, Pedro Vargas e outros.

Em 1973, a Arquidiocese de Curitiba, graças ao trabalho exaustivo e abnegado do Monsenhor Vicente Vítola e o apoio irrestrito de D. Pedro Fedalto, fundou a Fundação Nossa Senhora do Rocio, que adquiriu a Rádio Clube Paranaense.

A partir daí, e mantendo a tradição de inovação, a Rádio Clube aprimorou sua programação, sendo presença diária em muitos lares de todo o Paraná e do Brasil.

Congratular-se com a Rádio Clube, a popular "Bedeis", é congratular-se com a nossa própria história que, pouco a pouco, confunde-se com a história daquela pioneira emissora.

Que seja dada ciência desta homenagem à emissora, à Fundação Nossa Senhora do Rocio e à Arquidiocese de Curitiba.

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) ALGACI TULLIO

#### REQUERIMENTO N° 1345

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações à Pontifícia Universidade Católica do Paraná e ao Dr.



Newton Stadler de Souza, pela produção e apresentação da peça teatral que retrata a vida e obra de Miguel Bakun e também, pelo incentivo ao teatro amador do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) VERA AGIBERT

#### REQUERIMENTO N° 1346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão, voto de congratulações aos líderes e participantes do CIVC (Curso Intensivo de Vivência Cristã), pelo êxito da 53ª realização ocorrida nos dias 24/25 do corrente, em Curitiba.

O evento - do qual tive a grata oportunidade de participar - representou, a exemplo dos anteriores, um ponto de partida de grande significado para a correção de rumos da família.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à notável equipe de valorosos casais na pessoa do seu dedicado Coordenador Geral, Emanuel Mascarenhas Padilha e sua esposa Therezinha Peixoto Padilha.

Sala das Sessões em 27.06.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO N° 1348

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção em Ata da sessão de hoje, votos de congratulações pelos 130 anos de criação da Comarca de Guarapuava.

Solicita ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência aos Excelentíssimos Srs. Presidente do Tribunal de Justiça, Juiz Diretor do Fórum, ao Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava.

Sala das Sessões em 27.06.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

No longínquo ano de 1835, com a criação do então "Juizado de Paz", na pequena Freguesia de Nossa Senhora de Belém, deu-se timidamente o primeiro passo para que um dos Poderes constituídos do Estado, o Judiciário, se fizesse presente efetivamente no seio daquela obreira e brava comunidade.

De Freguesia foi elevada a Vila 14 anos mais tarde, ou seja, em 1849.

Mas o progresso da comunidade era tão marcante e expressivo que pela Lei n° 54, de 02 de maio de 1859, assinada e sancionada pelo então Presidente da Província, Dr. Luiz Francisco da Câmara Leal, foi criada a tão esperada e aguardada Comarca

de Guarapuava.

A época, como não poderia deixar de ser, o fato revolucionou, de maneira extremamente auspiciosa, toda a sociedade guarapuavana pois vinha atender no atinente ao ajuizamento e agilização dos feitos judiciais, uma região de grande influência no contexto estadual.

Tão significativa foi a criação da Comarca de Guarapuava, que os moradores da vila, como homenagem e agradecimento aos Poderes Constituídos de então, deixaram velas acesas nas janelas das casas, por duas noites consecutivas, num ato simbólico de que, daquela data em diante, a refulgente e límpida luz da lei, da ordem e da justiça, se fazia em definitivo presente no seio comunitário.

Em 03 de junho de 1859, pelo Decreto n° 2459, foi declarada de 1ª Entrância.

O primeiro juiz togado a judicar na Comarca foi o Dr. Antônio Araújo de Vasconcellos, nomeado em 08 de junho de 1859, e empossado em sessão extraordinária, na Câmara Municipal, em 1° de junho do mesmo ano.

A primeira audiência realizada, aconteceu em 04 de agosto e a primeira sessão do Tribunal do Juri, no dia 19 de setembro, ambas do ano de criação e instalação da Comarca, em 1859.

130 anos são passados desde esses memoráveis fatos.

Um marco digno de ser comemorado, razão pela qual fazemos este requerimento.

Ao longo de todos esses anos, o Poder Judiciário do Paraná muito fez e vem fazendo em prol da paz e do progresso da comunidade guarapuavana, dando a cada um o que é seu por meio da límpida, resplandecente e verdadeira justiça!

#### REQUERIMENTO N° 1337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam formuladas gestões junto ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando providências a fim de que se realize um levantamento para avaliação das condições de alocação do prédio que abriga a Escola Rural Estadual de Avencal, situada na localidade de Avencal, no Município de Ipiranga, com vistas à liberação de recursos para reconstrução do referido prédio, o qual se encontra em precário estado de conservação, com possíveis problemas estruturais, visto que apresenta inclinação e outras deformações nas paredes, pondo em risco a própria segurança de alunos, professores e funcionários.

A presente moção tem origem em expediente da Inspeção Estadual de Educação local, sob o número 92/89, cujo teor re-

trata a preocupação daquela Direção em oferecer maior conforto aos que ali permanecem, particularmente porque em dias de chuvas fortes, as aulas, obrigatoriamente, têm que ser suspensas, prejudicando dessa forma o bom andamento dos trabalhos.

Mencionado expediente faz alusão aos veementes apelos feitos aos órgãos da educação, inclusive à FUNDEPAR, requerendo medidas que venham, efetivamente, dar solução à questão, de forma a evitar problemas outros, que por vezes poderão acarretar consequências de danos irreparáveis.

Por outro lado, a escola em apreço consta do programa de construções, ensejando assim a viabilização da mencionada obra.

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 1344

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Augusta Casa de Leis, o registro da passagem do sesquicentenário do nascimento de Machado de Assis, tido como o maior escritor do romance brasileiro.

Sala das Sessões em 27.06.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908), foi romancista, poeta, contista, teatrólogo, funcionário público, tipógrafo, jornalista, e um "grande conhecedor da alma humana".

Nascido a 21 de junho de 1839, no Rio de Janeiro, filho de pais modestos, que residiam no Morro do Livramento. Faleceu aos 70 anos, em 1908. Casado com Carolina Augusta, não teve filhos.

Considerado o maior clássico de nossa literatura, conseguiu aproximar a linguagem comum da linguagem literária, conservando a pureza de estilo, sendo ao mesmo tempo muitíssimo brasileiro.

Fundou com outros escritores e foi o primeiro Presidente da Academia Brasileira de Letras, em 1896.

Criador de personagens imortais da literatura brasileira, dificilmente alguém será maior do que ele.

#### REQUERIMENTO 1350

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Doutor Plenário, formulação de convocação ao Excelentíssimo Senhor Nivaldo Passos Krieger DD. Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, a fim de prestar esclarecimentos perante a Comissão de Defesa do Consumidor

deste Poder.

Tal proposição prende-se ao fato de que um grande número de usuários tem nos procurado mostrando-se insatisfeitos e revoltados, inclusive, com os elevados reajustes aplicados pela SANEPAR sobre as taxas de água e saneamento público.

Anexo, encaminhamos cópia de contas de água que comprovam aumentos da ordem extraordinária de até 8.500% (oito mil e quinhentos por cento).

Tais reajustes têm gerado polêmica e reações variadas, com uma disposição, quase unânime, em mover ação popular contra a SANEPAR, buscando coibir os reajustes.

Diante do que, temos certeza, o Sr. Presidente da SANEPAR, ex-prefeito Nivaldo Krieger não se negará em, diante dos Deputados que integram a comissão de defesa do consumidor deste Poder e com o objetivo de esclarecer os critérios adotados para as referidas majorações, prestar as informações necessárias.

Sala das Sessões, em 27.06.89

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO 1347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário e, especificamente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral na Sessão ordinária no dia 27 de abril as 14.30 horas, para apreciar o Projeto de Lei n° 157/89 oriundo do Ofício n° 42/89 do Tribunal de Justiça do Estado, que trata da adequação dos vencimentos da Magistratura Paranaense às novas diretrizes da Constituição Federal, bem como o ofício n° 446/89 do Tribunal de Contas e ofício n° 625/89 da Procuradoria Geral da Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 27.06.89

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO N° 1338

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, Dr. ROBERTO CARDOSO ALVES, solicitando a agilização ao processo que solicita autorização a COMPANHIA LORENZ, situada no Distrito de Quatro Pontes, município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, a fabricar em sua unidade fabril, dextrose, sorbitol, e vitamina C.

Sala das Sessões, em 27.06.89

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Temos real interesse na aprovação por



parte do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, do protocolado sob nº 26015-00055278/88, de 21.12.88, que solicita autorização desta Pasta para que a Campanha Lorenz, situada no Distrito de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, venha a produzir em sua unidade os produtos denominados dextrose, sorbitol e vitamina C. Com a autorização do Ministério, a citada unidade proporcionará uma série de vantagens ao Distrito, tais como: aumento na produção de mandioca o que por consequência gerará aumento no número de mão-de-obra direta e indireta fixando o homem do campo ao meio em que vive diminuindo o êxodo rural; aumentará também a arrecadação do ICM e I.P.I. e o volume de investimentos no Município. Para que o quadro em questão proporcione as vantagens gerais citadas, contamos com a atenção do Excelentíssimo Senhor Ministro do Desenvolvimento da Indústria e Comércio aprovando o citado processo, que impulsionará o desenvolvimento daquela área.

## REQUERIMENTO Nº 1342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Doutor Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Paulo Mandarino, Digníssimo Presidente da Caixa Econômica Federal, solicitando que também as Prefeituras Municipais desde que aparelhadas e capacitadas tecnicamente possam ser as geradoras dos recursos para a administração e execução de projetos habitacionais populares pelo sistema "Mutirão".

Sala das Sessões, em 27.06.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

O pleito acima vem atender a necessidade de redução de custos operacionais na administração e execução de projetos habitacionais populares e também evitar o "passeio" dos recursos com esta finalidade.

Com a ação de prefeituras no que diz respeito à execução de projetos populares teríamos a garantia de custos ainda maiores pelo fato da administração ser feita mediante características peculiares da sua regionalidade.

Cremos ser medida descentralizadora, e além de muito prático, contribuindo para que, mais e mais prefeituras se interessem e fomentem projetos desta envergadura.

## REQUERIMENTO Nº 1332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, pedido de

informações conforme questões abaixo, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado das Finanças.

1 - Neste ano a Corretora Banestado financiou o mega espetacular na bolsa Naji Nahas, para que ele pudesse operar no mercado de opções da bolsa?

2 - Se financiou, qual o total?

3 - Houve cadastro? Quem aprovou o cadastro de Naji Nahas ou de sua corretora?

4 - Qual o saldo médio da empresa beneficiada, junto ao conglomerado Banestado para lastro de tal montante?

5 - Houve garantias? Se houve quais? Se foram dadas garantias em ações de quais empresas e por qual valor foram negociadas à época do financiamento e qual o valor hoje após o escândalo?

6 - Quais operações na bolsa, no mercado de opções que foram feitas no exercício em compra e venda pela Fundação Banestado?

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) PAULO FURIATTI

## JUSTIFICATIVA:

Muitas vezes o que acaba permanecendo junto à opinião pública, são as versões e não os fatos. Os boatos são muito comuns nos meios políticos e públicos. São também de certa forma corriqueiros nos meios financeiros. Mais graves são quando atingem instituições financeiras quer públicas ou privadas pois se não imediatamente esclarecidos grandes prejuízos vêm a causar.

Circulam nos meios políticos, financeiros e sindicais as mais diferentes notícias sobre a possível participação da Banestado Corretora no escândalo que envolve o investidor Naji Nahas. Uma das versões seria o possível financiamento do Banestado para o investidor Naji Nahas no montante de cerca de 50 milhões de cruzados novos, para possibilitar que houvesse operação no mercado de opções. Como garantia havia sido dada, ações da Petrobrás pelo dobro do valor da operação de financiamento. Várias são as versões, inclusive, a possibilidade de os papéis dados como garantia terem sido fornecidos também para outras organizações financeiras, além é claro de as ações no mercado estarem valendo menos da metade.

O que importa no entanto não são as versões, mas sim os fatos reais. Diante disso e preocupados com a própria imagem do Banco, solicitamos várias informações que poderão esclarecer definitivamente dúvidas que não devem existir.

Projetos de Lei: Nº 158/89

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Vila Alta, desmembrado do Município de

Umuarama, com as confrontações idênticas às do Distrito Judiciário de Vila Alta.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.89

(a) EDUARDO BAGGIO

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de projeto de lei que atende aos anseios dos moradores do próspero Distrito Administrativo de Vila Alta.

Atualmente Vila Alta compõe o Município de Umuarama, entretanto, este Distrito está relegado a segundo plano, em que pese sua grande arrecadação de ICM, e produção.

Mas, todos os benefícios são carreados para a sede, sem que se obtenha o retorno para a população local. Com isto, hoje verificamos total falta de infra-estrutura em Vila Alta, o que não ocorreria se fosse elevada à categoria de Município, pois toda a arrecadação e ICM ali gerados, seriam ali aplicados para o benefício do povo daquele chão.

Assim, trata-se de medida benéfica e que vai ao encontro das aspirações populares e portanto, merece nossa aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 159/89  
Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Diamante do Sul, com território desmembrado do Município de Guaraniaçu, com sede na localidade de Diamante, que passa a denominar-se Diamante do Sul, e seguintes divisas:

"Começa na foz do Rio Feio no Rio Piquiri, seguindo pelo Rio Piquiri acima até a foz do Rio Cascudo, por este acima até a foz do Arroio Barreiro pelo qual segue até a sua cabeceira, donde por uma linha seca alcança a BR-277, pela qual segue até atingir a estrada Colônia Santo Antônio-Diamante, e por estrada em frente até chegar à ponte sobre o Rio Feio, prosseguindo por este rio abaixo até a sua foz no Rio Piquiri, ponto de Partida."

#### MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL.

"Parte do ponto inicial da estrada que liga a localidade de Herval, seguindo em linha reta pelo lotes 10 e 12 da gleba 8 da Colônia São João do Sul até chegar ao Rio Diamante, seguindo por este até alcançar o marco do lote 68 que confronta com o lote 78 da gleba 21 da Colônia "A Guaraniaçu", prosseguindo pela linha dos referidos lotes e também pelos lotes 79, 80 da mesma gleba até o Córrego do Alambique, seguindo pelo Córrego Alambique até alcançar o marco dos lotes 75 e 74 da gleba 21,

seguindo pela linha dos referidos lotes na extensão de 1000 metros e aí segue por linha seca até chegar ao Rio Diamante, partindo deste segue por linha seca na extensão de 500 metros até o marco, e daí segue por uma linha seca os lotes 10 e 11 da gleba 8 da Colônia São João do Sul na extensão de 2000 metros até o ponto de partida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) NEIVO BERALDIN

PROJETO DE LEI Nº 160/89  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Pais e Amigos do Centro Social e Infantil Maria José Coutinho Camargo, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade da qual aqui se pretende seja declarada de utilidade Pública é entidade filantrópica. E tem por finalidade promover o conagraamento social, aprimoramento cultural e o entrosamento sistemático entre os diretores, funcionários, amigos e crianças do referido estabelecimento.

Assim sendo, esperamos contar com o devido apoio.

PROJETO DE LEI Nº 161/89  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, entidade mantenedora da Creche Pequenos de Santa Rita, com sede e foro no Município de Paranavaí, neste Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro no Município de Paranavaí, neste Estado, com a denominação de Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, entidade mantenedora da Creche Pequenos de Santa Rita.

Tal associação, tem o caráter eminentemente filantrópico, dedicando-se exclusivamente ao amparo e o cuidado dos filhos das mulheres trabalhadoras do Município de Paranavaí.

Para que a Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, possa cumprir integralmente com os seus propósitos altamente meritórios, necessita para tal da ajuda dos recursos estaduais.

Por tais fatos, submetemos o presente plano de lei à apreciação de nossos nobres Pares solicitando ao final a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)  
Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Cândido Bastos.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.  
(Lê):

"No longínquo ano de 1835, com a criação do então "Juizado de Paz", na pequena Freguesia de Nossa Senhora de Belém deu-se, timidamente, o primeiro passo para que um dos poderes constituídos do Estado, o Judiciário, se fizesse presente, efetivamente, no seio daquela obreira e brava comunidade.

De Freguesia, foi elevada a Vila 14 anos mais tarde, ou seja, em 1849.

Mas, o progresso da comunidade era tão marcante e expressivo, que pela Lei n. 54 de 2 de maio de 1859, assinada e sancionada pelo então Presidente da Província, Dr. Luiz Francisco da Câmara Leal, foi criada a tão esperada e aguardada Comarca de Guarapuava.

A época, como não poderia deixar de ser, o fato revolucionou, de maneira extremamente auspiciosa, toda a sociedade guarapuavana, pois vinha atender no atinente ao ajuizamento e agilização dos feitos judiciais, uma região de grande influência no contexto estadual.

Tão significativa foi a criação da Comarca de Guarapuava, que os moradores da Vila, como homenagem e agradecimento aos poderes constituídos de então, deixaram velas acesas nas janelas das casas, por duas noites consecutivas, num ato simbólico de que, daquela data em diante, a refulgente e límpida luz da Lei, da Ordem e Justiça, se fazia, em definitivo, presente no seio comunitário.

Em 03 de junho de 1959, pelo Decreto n. 2.459, foi declarada de Primeira Entância.

O primeiro Juiz togado a judicar na Comarca foi o Dr. Antônio Araújo de Vasconcellos, nomeado em 08 de junho de 1859, e empossado, em sessão extraordinária, na Câmara Municipal, em 1º de junho do mesmo

ano.

A primeira audiência realizada, aconteceu em 4 de agosto, e a primeira sessão do Tribunal do Juri no dia 19 de setembro, ambas do ano da criação e instalação da Comarca: 1859.

130 anos são passados desde esses memoráveis fatos.

Um marco digno de ser comemorado, razão pela qual fazemos esse pronunciamento em Plenário.

Ao longo de todos esses anos o Poder Judiciário do Paraná, muito fez e vem fazendo em prol da paz e do progresso da comunidade Guarapuavana, dando a cada um o que é seu por meio da límpida, resplandecente e verdadeira Justiça!"

Requeiro, Senhor Presidente, que deste meu pronunciamento seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Dr. Abraão Miguel, digno Desembargador de Justiça do Estado do Paraná, e que também seja dada ciência ao Senhor Juiz Diretor do Fórum da Comarca de Guarapuava, bem como aos poderes constituídos, Poder Executivo e Poder Legislativo de Guarapuava.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)  
Esta Presidência defere e concede a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pretendo, ainda no dia de hoje, dar entrada à Mesa Executiva de um pedido de convocação do Presidente da SANEPAR, ex-Prefeito Nivaldo Krieger, para que venha até a Comissão de Defesa ao Consumidor desta Assembléia, trazer informações, trazer detalhes com relação à situação hoje da SANEPAR, e principalmente com relação aos últimos aumentos das tarifas de água e esgoto aplicadas ao consumidor.

Digo isto, porque há um grito geral da população, em relação aos últimos aumentos. Conta-se que o cidadão pagava sete cruzados, hoje paga quarenta e sete cruzados. Quem pagava dez, hoje paga cem. E assim por diante.

Para que as dúvidas sejam dirimidas, para que o consumidor tenha também a informação necessária, é preciso que nós, Parlamentares, ouçamos o Presidente da SANEPAR recém-empossado naquele cargo.

Na cidade, inclusive, corre um abaixo-assinado, movido por um contribuinte, por um usuário da SANEPAR, propondo até uma ação popular contra a SANEPAR. E é preciso que nós, parlamentares, estejamos unidos ao povo, porque afinal de contas é nossa obrigação. Para cá viemos trazidos pelos

votos dessas próprias pessoas.

Então é necessário que demos aqui nesta Casa o devido respaldo a esta ação popular, procurando trazer, aqui também, para esclarecimentos, para o convencimento ou não dos Senhores Deputados, o Presidente da SANEPAR.

Este é o assunto que eu abordo.

Outro assunto: quero prestar uma homenagem, desta tribuna, hoje, à Rádio Clube Paranaense, à PRB-2, a mais antiga emissora de rádio do Paraná e a terceira mais antiga do País.

Não faço homenagem tão somente porque sou funcionário daquela emissora. Já fiz homenagem a esta emissora quando pertencia a outro veículo de comunicação.

Mas, é preciso também que esta Casa reconheça os relevantes serviços prestados pela Rádio Clube Paranaense, a PRB-2, fundada exatamente no dia 27 de junho de 1924, tendo origem num clube de rádio que congregava aficionados da nova maravilha que empolgava o mundo na época, a rádio-telefonía.

Lídio Moreira foi o pioneiro, com cujo entusiasmo contagiou a outros, junto com os quais fundou-se então a primeira rádio emissora do Paraná.

A história da Rádio Clube enseja um pedaço valioso da história do nosso Paraná, uma vez que pelos seus microfones passaram grandes nomes da música nacional e internacional: Vicente Celestino, Marlene, Carlos Galhardo, Nuno Rolan, Jorge Goulart, Tito Schipa, Orquestra Cassino de Sevilla, Pedro Vargas e tantos outros, sem deixar de registrar também a presença, a passagem, daqueles que fizeram também o nome a nível de Estado do Paraná.

Em 1983 a Arquidiocese de Curitiba, graças ao trabalho exaustivo e abnegado do Monsenhor Vicente Vitolla e apoio irrestrito de Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, fundou-se a Fundação Nossa Senhora do Rocio, que passou, então, a adquirir a Rádio Clube Paranaense. E partir daí, mantendo a tradição de inovação, a Rádio Clube só procurou aprimorar a sua programação, sendo presença diária em um grande número de lares de todo o Paraná, do Brasil e até mesmo do exterior.

Por isso, neste momento, no dia em que nós orgulhosamente, não apenas como funcionário, como comunicador daquela emissora, mas, como um curitibano e como paranaense, faço esta homenagem à direção da Rádio Clube Paranaense, que a princípio até pensou-se que poderia eliminar por completo o rádio, muito pelo contrário, o rádio ainda continua sendo o grande veículo de comunicação, aquele que chega no mesmo instante em vários pontos do território nacional e internacional.

Em "Tangará" todo mundo ouve a Rádio Clube, aqui em Curitiba, no Paraná, também se ouve a Rádio Clube.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)  
Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra à Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

(Lê): "A cada dia que passa, a nova Constituição revela-se importante instrumento do povo brasileiro para o exercício da cidadania e dos seus direitos individuais, sociais e coletivos. Para nós, mulheres, esta constituição representa grande avanço no sentido de reconhecer o papel já desempenhado por nós na vida nacional - sobretudo no mercado de trabalho - abolindo discriminações e garantindo a igualdade sexual perante a lei.

Cumpre-nos agora lutar para que a constituição que acaba de nascer não seja desde já letra morta. O direito à igualdade deve existir na prática - nas relações familiares, trabalhistas, na vida pública, nas escolas, enfim, em todos os aspectos da vida. Afinal, as leis acompanham as mudanças e a evolução da sociedade. Dinâmicas como a história, fazem a ordem jurídica e institucional refletir a realidade social.

Assistimos nas últimas semanas a um caso que comoveu a opinião pública nacional. O Conselho Estadual da Condição Feminina - o qual temos a honra de presidir - trouxe à tona a punição aplicada no Paraná a cinco policiais femininas por um único "crime": o de, sendo solteiras, estarem grávidas e decidirem ter seus filhos.

Punidas com prisão de 8 a 10 dias, submetidas a toda sorte de humilhação perante seus colegas de trabalho, suas famílias e a si mesmas, vítimas de distúrbios psicológicos e físicos causados pela prisão, estas moças, corajosamente, enfrentaram a violência, o falso moralismo e a arrogância para poderem ser mães.

O caso ganhou notoriedade e tem este Conselho recebido manifestações de apoio vindas do mais simples cidadão a organizações internacionais de defesa dos direitos humanos.

Antes de mais nada, têm elas a lei a seu lado. A nova Constituição, entre outros artigos, garante a igualdade de todos perante a lei sem discriminação de qualquer natureza; a inviolabilidade da vida íntima, da privacidade, da honra e da imagem dos cidadãos; o reconhecimento da união estável e da comunidade formada por

qualquer um dos pais e seus descendentes como entidades familiares iguais ao casamento civil para efeito de proteção do Estado; e a igualdade entre filhos havidos ou não do casamento ou por adoção perante a lei, vedada qualquer forma de discriminação. A punição, portanto, é antes de mais nada um ato ilegal. Ainda que prevista em norma interna da corporação, cai automaticamente por violar a nova Constituição, que deve ser obedecida por todos - Cíveis e Militares.

Além disso, a punição é injusta e viola os direitos humanos. Baseia-se a referida norma em superados preconceitos de moral e bons costumes, de uma época em que a mulher era tida como uma mera propriedade e não um ser capaz e igual ao homem em direitos e papel social. Hoje, mais do que nunca, a mulher conquista, entre outros, o direito sobre seu corpo e seus atos, a uma vida afetiva satisfatória e prazerosa. Não é a mulher uma mercadoria que deve prestar contas aos outros de seu corpo como algo mais ou menos usado. É ela sujeito e autora de seu projeto de vida. Pelas condições biológicas e naturais, a maternidade é também uma opção da mulher que independe do casamento. A sociedade já lhe garante este direito legalmente e deve reconhecê-lo na prática sem preconceitos de qualquer natureza. Infelizmente, por muito tempo foi a mãe-solteira uma mãe diferente das outras - recriminada e socialmente desvalorizada. Mas hoje a sociedade reconhece-lhe cada vez mais o mesmo valor de todas as outras mães. E esta mudança se deve sobretudo à coragem de milhões de mães-solteiras que venceram barreiras e criaram seus filhos.

É sabido que a polícia feminina é exemplo de boa conduta no exercício da profissão. Menos corruptas, mais dedicadas ao serviço, mais austera, as polícias femininas são respeitadas pela comunidade, que chega a reivindicar a expansão deste batalhão. No entanto, em função de um ato e uma opção que dizem unicamente a suas vidas particulares, as policiais punidas por transgressão disciplinar teriam suas fichas profissionais marcadas. Mais uma falta poderia lhes custar o próprio emprego. O caso se agrava quando se sabe que a ampla maioria dos oficiais são contrários à aplicação desta punição e que a mesma já caíra em desuso nos últimos anos, que beneficiou muitas outras mães que não eram casadas.

Entretanto, mentalidades conservadoras e reacionárias acham por bem reabilitar normas ultrapassadas e agora inconstitucionais em nome da moral e dos bons costumes. Será a maternidade um ato imoral? Será a liberdade sexual - um dos mais sagrados direitos humanos, garantindo pela le-

gislação - um ato imoral? E que dizer então dos inúmeros casos de policiais homens que abusam de suas funções com truculência, que estupram moças desconhecidas, muitas vezes no exercício do trabalho e permanecem impunes, apesar das denúncias? Será porque, na mulher a gravidez aparece, que o falso moralismo se sente tão agradeído? Será a maternidade tão imoral quanto a truculência? A tortura? a corrupção? O abuso de autoridade? E tantos outros males que corroem as polícias brasileiras... Queremos aqui ressaltar os policiais e oficiais que se dedicam com honestidade à sua verdadeira missão, a de preservar a segurança dos cidadãos, preocupação esta que deveria nortear os comandos da instituição e não a de policiar a vida de seus servidores.

O que prejudica o bom nome da corporação, senhores Deputados, não é a denúncia de fatos como esta punição injusta e ilegalmente aplicada às mães solteiras, mas sim o fato dela ter ocorrido. Mais triste ainda é saber que algumas policiais já se viram obrigadas a recorrer à interrupção da gravidez para que não sofressem as mesmas humilhações que suas colegas...

Nada mais natural que também as normas da Polícia Militar do Paraná sejam adequadas à nova realidade jurídica e institucional do País, assim como ocorre com toda a legislação ordinária, as leis estaduais e municipais e as normas internas de todas as instituições e organizações.

Foi assegurado ao Conselho Estadual da Condição Feminina que tanto as normas inconstitucionais seriam revistas como também todas as punições aplicadas com base nelas. Esperamos uma ação eficiente por parte do Estado nesse sentido, através de sua Secretaria da Segurança Pública, caso contrário seremos obrigadas a recorrer à Justiça para garantir os Direitos Constitucionais. Lembramos que esta causa conta também com a sensibilidade e o apoio do Governador Álvaro Dias, pois, no que esteve a seu alcance, já promoveu a reconsideração de ato punitivo semelhante.

Em defesa dos direitos humanos e constitucionais, deve este Parlamento manifestar sua solidariedade às bravas companheiras que lutam até o fim por seu direito de opção pela maternidade, a fim de que o Paraná não venha a se tornar mundialmente famoso por castigar mulheres pelo único fato de serem mães".

Muito obrigada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento).

Gostaria de aproveitar a ocasião e dizer da minha solidariedade que já tornei pública através do microfone da rádio da

qual pertença e também cumprimentá-la pela sua atuação porque nós somos testemunhas, quando há questão de 20 dias Vossa Excelência esteve dando uma palestra na "Semana da Mulher" em Paranaguá e lá Vossa Excelência levantou esta denúncia gravíssima em relação às policiais femininas da Polícia Militar do Estado do Paraná, e dali para frente acompanhamos a atuação do Conselho Estadual da Condição Feminina, a luta que este Conselho já tem demonstrado e outras vitórias também como foi o caso da Cristina, da nossa Tina, que também acabou levando ao banco dos réus o seu ex-namorado que acabou por queimá-la em consequência de uma discussão.

Então, queria que neste momento Vossa Excelência levasse, através da Bancada do PDT a qual eu pertença, às demais integrantes do Conselho Estadual da Condição Feminina a nossa solidariedade e a certeza de que esse tipo de punição discriminatória não pode acontecer porque levantou bem a questão Vossa Excelência, e eu também levantei no meu programa de rádio: como é que fica o soldado, o policial militar que acaba engravidando uma outra mulher que não a sua? Será que a ele cabe alguma punição ou não? Daí por que a nossa solidariedade à sua posição, cara Deputada.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Nós agradecemos,

Deputado Algaci Túlio, porque sabemos e temos ciência da sua atuação nas emissoras de rádio em defesa dos direitos da mulher. Temos acompanhado também a sua luta neste sentido, principalmente também no caso da Tina, que conseguimos colocar no seu devido lugar o criminoso que tentou assassiná-la. E conclamamos os nobres Parlamentares que mantenham um voto de repúdio a esta atitude de Polícia Militar porque a mulher tem o direito e a livre opção garantida pela Constituição de ser mãe, porque uma família não é constituída apenas pelo homem e pela mulher e criança, mas sendo mãe e criança a família é também constituída de acordo com a Constituição Federal e a mulher tem o direito de ser parte da família. Então, nós estamos na defesa dos direitos da mulher esteja ele aonde estiver sendo ferido.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência concede-me um aparte?

(Assentimento).

Eu gostaria, ilustre Deputada de parabenizá-la por esse seu trabalho em defesa da mulher. Vossa Excelência, que tem pautado com muita dignidade a sua conduta nesta Casa de há muitos anos, mais uma vez vem demonstrar que está atenta a esses problemas, mas, parabenizá-la, ilustre Deputada, não apenas por sua luta em defesa da mulher, mas por sua luta como Deputada

em geral, quando se trata da defesa da mulher, quando se trata da defesa do meio ambiente como Vossa Excelência há poucos dias usou a tribuna para fazer uma manifestação nesse sentido. E dizer, ilustre Deputada, que nós nos orgulhamos de tê-la como companheira nesta Casa.

Obrigado.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Agradeço, Deputado Artagão, as suas palavras e quero conclamar aqui, aos companheiros, que nos ajudem, não só a colocar na prática a legislação da nova Constituição Federal, mas sim, nos ajudem a transformar a sociedade porque a sociedade precisa, ela mesma, se conscientizar de que é na prática, no cumprimento da Lei que nós vamos conquistar o avanço e o progresso no nosso País.

Deputado Haroldo Ferreira têm o aparte.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Deputada Irondi Pugliesi, acho que são oportunas as suas observações com relação a esse incidente que ocorreu na Polícia Militar do Paraná. Realmente precisa ser revisto no Estado do Paraná os estatutos da Polícia para que atos dessa natureza não mais ocorram, numa época em que nós estamos, após promulgada a Constituição Federal e trabalhando na Constituinte Estadual visando a promulgação da Constituição Estadual do Paraná e na sequência, a Lei Orgânica dos Municípios. Quando a mulher, após longa luta de décadas e até de séculos, consegue, na Constituição do Brasil, a igualdade merecida desde os primórdios da civilização. E o seu pronunciamento nesse momento é oportuno, porque coloca, aqui, na Assembleia Legislativa, este apelo, de que a Constituição realmente seja cumprida. E que esses expedientes obsoletos e ultrapassados têm que sair de vez: de todos os documentos e de todos os estatutos que existem na modernidade. Eu a cumprimento por esse pronunciamento e espero, sem dúvida nenhuma, que Vossa Excelência continue batalhando sempre pelas causas populares e pela justiça social.

Era isso.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Agradeço ao Deputado Haroldo e quero informá-lo de que o Conselho da Condição Feminina tem a palavra do Secretário e a garantia legal, desde a sua formação - que é seu objetivo, a participação na elaboração das novas diretrizes que irão nortear a diretriz nova que vai ser feita para a polícia feminina do Paraná. E o Conselho não fará arbitrariamente; ouvirá as policiais femininas para que elas coloquem, na prática, aquilo que elas almejam há tantos anos. Porque arbitrariamente lhes foi imposto há pouco



tempo atrás o uso da saia justa, salto alto, meia fina para uma profissão em que esse uniforme fica sendo injusto na prática do seu trabalho.

Então, queremos discutir com as policiais tudo aquilo que elas reivindicam há tantos anos e que nunca foram ouvidas. Nós sabemos que as instituições militares muito rigorosas nesse sentido, mas nós queremos que, no século 21 que estamos chegando, as mulheres possam ter direito à voz e possam ser tratadas como seres humanos iguais. Para isso estamos lutando ainda contra a discriminação, para isso existe o Conselho da Condição Feminina que foi criado, junto ao Governo do Estado, para, nas suas Secretarias lutar contra a discriminação e colocar na prática aquilo que nós estamos trazendo como proposta, inclusive, para a Constituinte Estadual.

E conclamo aos companheiros aqui presentes, para que votem com as propostas do Fórum Paranaense pelos Direitos da Mulher, assinadas por mais de 70 entidades feministas do Paraná, para que, as leis não estejam só na Constituição Federal mas na Constituição Estadual também estejam presentes, para que a mulher possa garantir os seus direitos como cidadãs. Porque a sociedade ainda precisa sofrer uma transformação para que a mulher possa ser igual ao homem e possa ser, de fato, cidadã.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Horário das Lideranças o PMDB com a palavra. (Declina).

Consulta a Liderança do PSDB se fará uso do seu horário. (Declina).

Consulta a Liderança do PFL se fará uso do seu tempo. (Declina).

Consulta a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo. (Declina).

Consulta a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo. (Declina).

Consulta a Liderança do PDC se fará uso do seu tempo. (Declina).

Consulta a Liderança do PTN se fará uso do seu tempo. (Declina).

Consulta a Liderança do PTB se fará uso do seu tempo. (Declina).

Consulta a Liderança do PRN se fará uso do seu tempo. (Declina).

Consulta a Liderança do PL se fará uso do seu tempo. (Declina).

Consulta a Liderança do PT se fará uso do seu tempo. (Declina).

Passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente, indicando os no-

mes dos Srs. Deputados para Vice-Líderes do PMDB - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pela Sra. Deputada Amélia Hruschka, na qualidade de Líder do PRN, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados para Vice-Líderes da Bancada. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Srs. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 29/89, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 24/89, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Lei 7297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e dá outras providências. Com parecer da C.C.J., pela manutenção do Veto, por unanimidade.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 20/89, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 024/89, por julgar as partes vetadas inconstitucionais em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo objetiva alterar a Lei nº 7.297/80, os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e adotar outras providências.

O veto parcial apostado incidirá sobre as disposições do parágrafo primeiro do art. 2º, parágrafo primeiro do art. 3º e parágrafo primeiro do art. 4º, tendo em vista a inconstitucionalidade das mesmas, por ferirem os mandamentos contidos no inciso XIII, do art. 37, da Magna Carta da Nação.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me de ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## VETO PARCIAL APOSTO

AO PROJETO DE LEI N° 24/89

P A R E C E R:

Examinando o veto parcial aposto ao Projeto de Lei n° 24/89, constatamos que o mesmo ocorreu no prazo estabelecido pela Constituição do Estado do Paraná, estando, portanto em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis.

Analisando as razões do veto parcial, verificamos que o mesmo obedeceu ao que preceituam os artigos 47, inciso III e artigo 28, parágrafo 1°, ambos da Carta Magna Estadual.

De acordo com a justificativa do Poder Executivo, o veto parcial aposto, incidiu sobre as disposições do § 1° do artigo 2°, § 1° do artigo 3°, e § 1° do artigo 4°, tendo em vista a inconstitucionalidade dos mesmos, por ferirem os mandamentos contidos no inciso XIII, do artigo 37, da Carta Magna Federal.

Assim sendo, nosso parecer é pela manutenção do veto parcial.

Sala das Sessões, em 02.05.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

## Em votação:

Esclarecimentos da Mesa sobre o processo de votação. A Mesa esclarece ao Plenário que para votação da Proposição n. 29/89 adotará o disposto pelo parágrafo 4° do artigo 66, da Constituição Federal, ou seja, o processo de votação será por escrutínio secreto. E solicita, para evitar equívocos, que os Senhores Deputados atentem para a forma a ser utilizada.

O Sr. 1° Secretário fará por duas vezes a chamada nominal dos Senhores Deputados. Ao ser chamado o Deputado deverá dirigir-se à mesa dos trabalhos, onde receberá a sobrecarta rubricada do Sr. 1° Secretário. Após o quê deverá dirigir-se à cabine indevassável localizada à direita da mesa, onde em seu interior encontram-se as cédulas de votação, contendo as expressões "Sim" e "Não". Os Senhores Deputados que pretenderem votar pela aprovação do projeto, com a conseqüente rejeição ao veto, deverão manifestar-se, utilizando para a votação a cédula que contém a expressão "Sim". Os que desejarem votar pela manutenção do veto e conseqüente rejeição do projeto, deverão utilizar-se das cédulas que contenham a expressão "Não".

Após terem feito suas opções de voto, deverão colocar as cédulas nas sobrecartas e depositá-las na urna que se encontra sobre a mesa.

A Presidência salienta que para a aprovação do projeto, e conseqüente rejei-

ção do veto, será necessário que 28 Senhores Deputados votem sim, conforme previsão da parte final do § 4° do artigo 66 da Constituição Federal.

Está em discussão o veto.

O Senhor 1° Secretário vai proceder à chamada nominal para a votação do veto. O fará por duas vezes.

(É feita a chamada nominal).

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Tadeu Lúcio Machado)

Senhor Presidente, 49 Senhores Deputados votaram, 3 ausentes, e 2 Deputados estão em Licença.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Concluído o processo de votação designo uma comissão composta pelos Senhores Líderes Partidários e Sua Excelência o nobre Líder do Governo para que proceda ao escrutínio dos votos.

A Presidência esclarece aos membros da Comissão escrutinadora, antes nominada, que qualquer impugnação, se verificada alguma irregularidade, deverá atender aos dispostos nos artigos 169 e 171 do código eleitoral, conforme decisão já adotada pela Mesa, ou seja, deverá ser formulada antes da proclamação do resultado.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Tadeu Lúcio Machado) Vinte e sete votos Sim, 20 votos Não e 2 votos em branco.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Mantido o veto, rejeitado o projeto.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 42/89, VETO aposto ao Projeto de Lei n. 106/89, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que estabelece critérios para tombamento de bens particulares no Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 086/89, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o disposto no § 1° do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 106/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a inscrição em um dos livros do tomo, a que se refere o art. 5°, da Lei n. 1.211, de 16 de setembro de 1953, far-se-á por lei estadual de iniciativa do Poder Executivo.

O plano de lei em epígrafe não foi acolhido por contrariar aos superiores interesses públicos e, ainda, por conter vícios de inconstitucionalidade.

A matéria, submetida à apreciação da Secretaria de Estado da Cultura, mereceu

os estudos adiante transcritos, cujas conclusões foram firmadas pelo Senhor titular daquela Pasta e por mim ratificadas:

1 - "O Projeto de Lei n. 106/89 de origem da Colenda Assembléia Legislativa do Paraná, doravante indicado simplesmente como projeto, padece de vícios formais e materiais que impedem a sanção governamental.

O primeiro e grave defeito do projeto se contém no art. 1º, verbis:

"Art. 1º - A inscrição em um dos livros tomo, a que se refere o art. 5º da Lei n.º 1.211, de 16 de setembro de 1953, far-se-á por Lei Estadual de iniciativa do Poder Executivo.

2 - Assim como se contém, o Projeto, se for convertido em lei, ensejará dificuldades de interpretação as mais variadas.

Com efeito, o art. 5º da Lei n.º 1.211/53 não trata dos "livros do tomo", assunto regulado pelo art. 3º do mencionado diploma.

O art. 5º dispõe que "o tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente".

3 - Falho de técnica de redação, o projeto não esclarece se "a inscrição em um dos livros do tomo"... far-se-á por Lei Estadual de iniciativa do Poder Executivo" mesmo que o tombamento seja voluntário.

Como se depreende pela leitura do art. 5º da Lei n. 1.211/53, o tombamento se fará voluntariamente ou compulsoriamente.

Se o proprietário anuir no tombamento, ainda assim será necessária a existência de uma lei para determinar a inscrição?

4 - E se os bens a serem tombados pertencerem ao Estado ou aos Municípios, como será? Mediante ofício, na forma do art. 4º da Lei n. 1.211/53, ou através "da Lei Estadual de iniciativa do Poder Executivo"?

Deve-se salientar que mesmo em se tratando de bens pertencentes ao Município, o tombamento poderá ser compulsório, isto é, precedido das formalidades previstas pelo art. 8º da Lei n. 1.211/53.

Como então, proceder-se diante da omissão do projeto?

5 - Sob outro aspecto, o Projeto é tecnicamente deficiente.

Como é curial, em se tratando de modificação de lei existente, o projeto deveria conter artigo dando nova redação ou acrescentando artigo, parágrafo, inciso ou alínea. Assim como está redigido, o art. 1º do Projeto é intoleravelmente inepto e não suscetível de merecer a sanção governamental.

6 - O projeto é flagrantemente inconstitucional.

Dispõe o § 1º do art. 216 da Consti-

tuição Federal, que:

"O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação".

E o art. 146 da Constituição Estadual proclama que

"O Estado manterá órgão ou serviço de defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural".

Tal órgão já existe. É o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA) que há muitos anos vem desempenhando relevantíssimas funções. Os seus membros (historiadores, arquitetos, professores universitários) são nomeados pelo Governador com mandato temporário e sem remuneração.

A este Conselho se deve, por exemplo, a histórica luta em favor do tombamento da Serra do Mar.

A composição do Conselho atende ao interesse público em face de seus membros exercerem destacados papéis na sociedade. A propósito vale citar os arts. 11 e 12 do Decreto n.º 1.178, de 06 de novembro de 1987 (Regulamento da SEEC):

"Art. 11 - Ao Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, órgão consultivo e normativo da política referente ao patrimônio histórico e artístico, instituído pela Lei n. 112, de 15 de outubro de 1948, compete a colaboração na formulação, no acompanhamento e na execução dos projetos desenvolvidos pela Secretaria nesta área.

Art. 12 - O Conselho será presidido pelo Secretário de Estado da Cultura e constituído por mais 10 (dez) membros efetivos e 10 (dez) suplentes, indicados pelo titular da Pasta entre pessoas domiciliadas no Paraná e de notório reconhecimento da área do patrimônio natural, histórico e artístico, e nomeados pelo Governador do Estado".

A Lei n.º 1211/53 alude à Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural que atualmente é o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico.

7 - O que pretende o projeto é retirar da atribuição do Poder Executivo a iniciativa do tombamento, delegando-a ao Poder Legislativo.

Tal propósito é inconstitucional, conforme a clara disposição do art. 4º da Lei Magna estadual: "Salvo as exceções previstas Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições; quem for investido na função de um deles não poderá exercer a de outro".

Como se infere da leitura do texto constitucional federal (art. 216, § 1º) o ato de tombamento é de natureza executiva.

Não pode ser transferido ou delegado ao Poder Legislativo ou ao Poder Judiciário.

De relevo salientar que o art. 5º da Lei n. 1211, de 16 de setembro de 1953 corresponde ao art. 6º do Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937 que, no âmbito federal, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Os artigos 5º da Lei Estadual e 6º do diploma federal têm idêntica redação.

Verifica-se, portanto, que na experiência jurídica brasileira o tombamento é ato de iniciativa do Poder Executivo.

A propósito, vale transcrever a seguinte lição do Professor Hely Lopes Mello:

"Tombamento é a declaração, pelo Poder Público do valor histórico, artístico, paisagístico, cultural ou científico de coisas que, por essa razão, devem ser preservadas de acordo com a inscrição no livro próprio. É ato administrativo e não função abstrata da lei. A lei estabelece normas para o tombamento, mas não o realiza em cada caso." (Direito Administrativo Brasileiro, 11a. ed., RT, São Paulo, 1985, p. 539). E logo em seguida o prestigiado jurista assinala:

"O tombamento se realiza através de um procedimento administrativo que conduz ao ato final de inscrição no livro tomo. Nesse procedimento deve ser ouvido o proprietário do bem, dando-se-lhe oportunidade de defesa na forma da lei e do regulamento pertinentes. Nulo será o tombamento efetivado sem atendimento das disposições legais e regulamentares, pois que, acarretando restrições ao exercício do direito de propriedade, há que observar o devido processo legal para sua realização" (Ob. e loc. cit, grifos nossos).

9 - Finalmente, louvamos nas razões da deliberação unânime do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico na sessão de 1º do corrente, o qual demonstra com clareza de sol mediterrâneo, a inconstitucionalidade do Projeto.

10 - O projeto é manifestamente contrário ao interesse público.

Como é sabido, o procedimento administrativo do tombamento não pode estar sujeito à duplicidade de instâncias assim como pretende o Projeto.

Não se admite que a instrução do procedimento se faça através do Poder Executivo (pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico) e a inscrição no Livro Tombo através do Poder Legislativo.

Tal absurdo levaria ao extremo do Legislativo ser obrigado a discutir e votar uma lei específica para cada hipótese de tombamento. Realmente, um disparate!

11 - O interesse público do tombamento e outras formas de preservação do patrimônio cultural vêm expressamente consagrado

na Constituição de 1988 com maior ênfase que nos diplomas anteriores.

O projeto contraria tal interesse na medida em que transfere ao Poder Legislativo decisão final sobre o que deva ser objeto do tombamento, retardando, assim, injustificadamente, providência de natureza célere, resguardado o interesse de impugnação do proprietário.

12 - As premissas que procuram justificar o Projeto são antagônicas à realidade do tombamento conforme bem demonstra a deliberação do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico que integra estas razões.

A afirmação de que "atualmente, no Estado do Paraná, a forma como se vem procedendo para realizar o tombamento sobre bens pertencentes a particulares, vem gerando séria insegurança dos administrados, que muitas vezes surpreendidos por decisões irrecorríveis que determinam o tombamento de bem ou bens de sua propriedade" é destoante do que ocorre com os procedimentos instaurados perante o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. É afirmação mendaz e que ignora os excelentes serviços prestados pelo Conselho à causa da Cultura paranaense e brasileira, assim como ocorreu com o tombamento da Serra do Mar.

13 - Sem qualquer exagero pode-se afirmar que a prevalecerem o espírito e a letra do Projeto estará abolido o instituto do tombamento no Paraná e virtualmente extinto o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico.

14 - Em face de tais razões e do conteúdo na moção do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, aguarda-se que o Projeto seja integralmente vetado posto que os eventuais desacertos do Conselho podem ser corrigidos na via administrativa por meio de recurso ao Chefe do Poder Executivo Estadual conforme os precedentes em anexo e referente aos processos administrativos datados de 7 de agosto de 1973 e de 23 de outubro de 1984. Em ambos os casos os Governadores João Mansur e José Richa deram provimentos aos recursos dos proprietários para revogar os atos de tombamento.

Assim sendo, o Governador do Estado tem atribuição legal de conhecer de todo e qualquer recursos administrativo se o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico cometesse qualquer abuso.

Por último, resta ainda à parte que se considera ofendida a garantia judiciária contra qualquer hipótese de lesão injusta.

Esses os motivos que me levaram a votar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço a distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

Em votação:

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra pela ordem.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Como sobre a matéria, objeto de discussão do veto, existe já mensagem governamental, eu apresentei à Mesa uma solicitação da juntada da Mensagem do Senhor Governador, visando exatamente encontrar uma solução para o problema do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado do Paraná.

Então, solicito a Vossa Excelência, que determine a juntada, e que esta Assembléia se transforme em Comissão Geral, à semelhança do que já ocorreu em outros casos para que possamos aprovar, ainda nesta tarde, tal assunto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Realmente existe Mensagem do Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Ministério Público, que por despacho da Presidência foram anexados. A Mesa atende o requerimento de Vossa Excelência, transforma a Assembléia em Comissão Geral, ainda na sessão de hoje, e designa Vossa Excelência como relator.

Está em discussão.

Está com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, e em especial o nobre Deputado Paulo Furiatti, autor do projeto que motiva o veto do Senhor Governador.

Pode parecer estranho que este Deputado de oposição, extremamente partidário e compromissado com os ideais do trabalhismo democrático, venha a esta tribuna, hoje, defender o veto do Senhor Governador do Estado, ao projeto do nobre Deputado Paulo Furiatti.

A minha presença nesta tribuna, nesta situação extremamente delicada para a nossa bancada, tem raízes paranistas e tem raízes na minha experiência pessoal, como Coordenador da Casa da Memória, da Fundação Cultural de Curitiba, no segundo governo do Dr. Jaime Lerner. Tem raízes ainda, na minha visão do processo de tombamento histórico ao longo de toda a História do Brasil, desde quando Rodrigo Melo Franco de Andrade, instituiu o serviço do patrimônio histórico e artístico nacional.

(Túmpanos)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa pede vênia a Vossa Excelência para lhe comunicar que há requerimento do Deputado Baggio solicitando a retirada do projeto por dez sessões.

O requerimento está em votação.

O SR. PAULO FURIATTI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Para encaminhar a votação, está com a palavra o Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A essência do Poder Legislativo exige decisões. Entre as razões do porquê este Poder não deve decidir, está embutido a falta de decisão do Parlamento. E, Senhor Presidente, Senhores Deputados, entendo que nós devemos decidir esta questão hoje, votando. Nós devemos votá-la. O Parlamento deve manifestar-se.

E a prova mais cabal de que o Parlamento é competente, de que é aqui a caixa de ressonância da sociedade e de que é aqui que os assuntos importantes da sociedade devem ser discutidos até porque legítima o processo de discussão, eu solicito aos Senhores Deputados que votem contra o requerimento, no sentido de que nós votemos hoje o veto do Senhor Governador ao nosso Projeto de Lei.

Era isso e muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encaminhar o requerimento ou discutir a matéria?

O SR. RAFAEL GRECA - O requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Então está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu dou razão ao Deputado Furiatti, no sentido de que a matéria deve ser votada hoje. E encareço aos nobres Pares que votem contrariamente ao requerimento do Deputado Baggio, pelo seguinte: esta Casa, de maneira civilizada, pode, perfeitamente, tomar para si a responsabilidade sobre o patrimônio cultural do Estado, cassando-a da Secretaria de Estado da Cultura e do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual ou deve continuar, como prevê a Constituição Federal, dando este papel ao Poder Executivo.

Neste sentido, entendo que o requerimento do Deputado Baggio deve ser rejeita-

do e não abro mão, de maneira fraterna, solidária, de ter com o Deputado Paulo Furiatti e com os outros Senhores Deputados, uma discussão ampla, sobeja, sobre as razões pelas quais hoje, excepcionalmente, defendo o veto do Senhor Governador do Paraná, para entender nele a base da própria preservação da memória e da história da gente paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento está em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. REJEITADO..

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pela ordem, eu requero verificação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Nereu Massignan está com a palavra pela ordem. Foi um pequeno equívoco.

Vai se proceder à verificação de votação nos termos já lidos pelo Presidente desta Casa. Vai se iniciar a votação e o Sr. 1º Secretário fará duas chamadas.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Apenas para dizer, esclarecer a este Parlamento que a posição tomada pelo Deputado Rafael Greca é uma posição isolada dele como Parlamentar. Não é a posição do PDT, Partido Democrático Trabalhista, que vai votar contra o veto.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu quero voltar a falar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai conceder a palavra para encaminhamento de votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, eu estava em discussão e o Sr. me interrompeu. Eu lhe dei a chance de me interromper...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas, Vossa Excelência pediu a palavra para discutir o requerimento. Mas, como nós gostamos de ouvir a sua palavra, nós vamos ouvi-lo novamente.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dizia eu que a questão cultural e esta Casa é eminentemente política. Incrivelmente, por uma dessas armadilhas da história, hoje, desaconselha a minha consciência que eu aja de maneira política no sentido imediato da política, mas, não desaconselha a minha consciência que eu aja de maneira política no sentido de entender a política como o que se processa na "polis", ou seja, na cidade dos homens livres, dos homens justos, que discutem o

que é correto, que é certo, que é a própria essência dos Paramentos.

Falava que o Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade estabeleceu, a muito custo, o tombamento como critério quando era Ministro da Cultura do Dr. Getúlio Vargas, o Ministro Capanema - quando da criação do Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E reporto-me, e quero recordar ao Deputado Paulo Furiatti, as palavras do Professor Darcy Ribeiro tantas vezes repetidas, repetidas nos foros do nosso Partido, repetidas tantas vezes nos foros de cultura deste Brasil: "O tombamento é um santo remédio". Um santo remédio contra a ignorância, um santo remédio contra a especulação, um santo remédio contra sonegação e o esmagamento da história por um pouco que até hoje não tenha a completa e real compreensão da história, porque mal-educado, porque oprimido, porque amarrado a interesses colonialistas. Um povo que ainda vive de temor servil e que nem sempre consegue compreender que só entendendo e conservando a história se fará o futuro. Não com estilingue - eu vou falar agora, fazer uma imagem de um estilingue, mas, não pensem os Srs. Deputados que se trata do estilingue do ip-silone do nome do Dr. Ulysses Guimarães, parece que até recentemente cassado da campanha presidencial do PMDB - mas, dizia o Luizão Guimarães, fundador da Fundação Nacional Pró-Memória, uma noite aqui em Curitiba, nos anos 70, a história é como um estilingue, quanto mais para traz se puxa, mais para frente se alcança.

E reportava eu a minha experiência de Diretor da Casa da Memória, quando o Prefeito Jaime Lerner considerou de interesse de preservação perto de trezentas casas nesta cidade de Curitiba. Não é efetivamente um tombamento, é apenas um chamamento de atenção ao Departamento de Urbanismo da Prefeitura de Curitiba, para que não se dê o alvará de demolição para casas importantes para a paisagem da cidade, salvo estudo e discussão.

O que é que diz a Constituição Federal?

"Que o tombamento é ato de iniciativa do Poder Executivo."

O que é que diz a Constituição Federal, no parágrafo primeiro do artigo 216?

"Que o Poder Público com a colaboração da comunidade há de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, de registros, de vigilância de tombamento e de desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação."

O que é que diz o Compromisso de Lisboa do Partido Democrático Trabalhista?

"É compromisso do nosso partido, a defesa da natureza brasileira contra a poluição e os estragos do meio ambiente, bem



como é compromisso do nosso partido, a valorização da história para que não se ameace, nem a base biológica, nem a base histórica da nossa existência, para que não se piore cada vez mais a qualidade de vida do povo brasileiro."

O Governador tem razão em apor veto ao projeto do nobre Deputado Paulo Furiatti. O Governador tem razão porque nos 41 anos de existência do Instituto de Tombamento no Paraná, não são cem os imóveis tombados. Imaginem os Senhores, um padre estrangeiro, e nessa matéria eu tenho farto trânsito, porque muitas vezes impedi a demolição de igrejas.

Imaginem os Senhores um padre estrangeiro, chegado na terra da missão, com vontade de erguer a sua igreja de basculante, de pastilhas vômito, cintilante, desenhada de acordo com o risco de um freqüês ou de um paroquiano qualquer.

Este padre chegando em Antônio Olinto, onde há a bela Matriz dos Ucrânianos ou chegando como já chegou um vez em Ponta Grossa, onde se fez pó e cinza da Catedral, numa explosão dramática, que fez mal à tradição e até hoje é o exemplo de iconoclastia.

Imaginem este padre, tendo ameaçada a sua Matriz de tombamento, usando a sua autoridade moral sobre os paroquianos para mandar que se desmonte a igreja, que se incendeie a igreja, que se desacralize a igreja, enquanto a Assembléia Legislativa discute nas suas várias comissões o Instituto do Tombamento.

Se pode fazer isso o padre, o que não pode fazer o banqueiro. O banqueiro que comprou a casa velha, que comprou a floresta ameaçada, que comprou a encosta a ser tombada, que comprou a ilha a ser preservada, para fazer especulação imobiliária ou para construir ou para semear ou para fazer qualquer coisa que se lhe aumente o capital.

Ora, o que fará o banqueiro, enquanto se discute o tombamento no Assembléia. E se não vamos falar só do padre, do banqueiro, vamos falar das pessoas comuns.

Há que se ganhar as pessoas pelo entendimento, as casas se preservam, casas, igrejas, monumentos, muito mais pelo entendimento, pela compreensão, do que pela imposição.

Mas, imaginem os senhores, o dono da casa velha, querendo ver a sua casa nova no lugar da velha, no mesmo lugar onde sempre morou. O morador da Lapa, de Antonina, de Paranaguá, que geralmente só passa amar a casa quando ela já virou um retrato na parede. O retrato da parede que tanto dói. Esse cavalheiro ou essa senhora, dono da casa velha, normalmente quer a casa derrubada, não porque odeia a casa que o viu nascer, mas porque quer um ba-

nheiro decente na casa velha, porque quer janelas decentes na casa velha, e as janelas de madeira já estão podres; então, trocadas por basculantes ficariam melhores, seria mais fácil. Então, não há um mecanismo do Estado que preveja a construção de instalações sanitárias adequadas nessas casas antigas; não há um mecanismo do Estado que preveja a construção de esquadrias adequadas nessas cidades antigas, nesses sítios antigos. Mas imaginem essa pessoa, enquanto se discute isso na Assembléia, saindo da casa, deixando a casa aberta para que venham os pobres, para que venha intempérie, para que a casa caia ou para que a casa pegue fogo.

Eu falo do Capão Alto, que é tombado e que precisa da atenção do Estado e da iniciativa privada, o único quilombo do sul do Brasil; eu falo das igrejas, da Ordem Terceira de Paranaguá, da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, da Ilha do Mel, mas falo também de cada uma das casas do povo porque a história fala em nome de reis, mas os reis não carregaram as pedras. Há momentos em que é preciso se tomar um sítio arquitetônico inteiro. Parece-me que impacienta o nobre Deputado e dileto amigo Paulo Furiatti o tombamento arquitetônico do sítio inteiro da cidade Freguesia de Santo Antônio da Lapa.

Ora, há que se estabelecer um mecanismo de discussão de posturas urbanas para que a Lapa seja a Lapa, a Lapa onde os picapaus venceram a Revolução de 1894, a Lapa onde os tropeiros estabeleceram a devoção de Santo Antônio, a Lapa onde o monge morou, a Lapa que viu o Ministro da Cultura Ney Braga nascer, a Lapa que viu Sua Excelência nascer, mas que a Lapa fique sendo a Lapa. Não venha a Lapa agora ter ares com espigões de Nova York, de Broadway.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Por que não?

O SR. RAFAEL GRECA - Porque em plena Lapa, Deputado Baggio, um prédio à New York faria grossa ferida na paisagem que é cara a todos que amamos a Lapa. Agora me parece serem os dois lapeanos os mais ardorosos defensores da derrubada do Instituto de Tombamento.

Então, a questão não é suprimir o Instituto de Tombamento, nem cassar do Governador o Instituto do Tombamento: a questão é se promover com as bênçãos de Santo Antônio que espalha os males, que afugenta o que há de mal. É de se promover na Lapa a ampla discussão democrática de como se vai conservar com a parceria do povo e com o dinheiro do Estado e com o incentivo do Estado àquele sítio histórico, arquitetônico e paisagístico.

Claro que quem mora em casa velha ge-

almente não gosta dela até que veja a casa do vizinho pintada, arrumada, iluminada, saneada. O efeito de demonstração é extremamente importante.

Aqui em Santa Felicidade, onde os italianos vênets, na sua primeira geração, detestavam a casa da nona e do nono, nós conseguimos que hoje eles não só as amem e preservem, como até lhes dêem uso comercial correto e altruístico. Eu consegui fazer com que o Sr. Hussein Hamdar, vindo das guerrilhas do Líbano, sem raiz nenhuma com o Paraná, preservasse para Curitiba o casario que comprou na Rua XV e mais a Casa Freysleben, que foi Casa da Memória, no Governo Requião virou almoxarifado da Fundação Cultural e hoje é Casa de Artesanato da Cidade de Curitiba.

O libanês recém-chegado, assustado ainda com as bombas, preocupado em multiplicar o seu capital, entendeu as razões da nossa história.

Porque não havemos de entender nós, porque não há de entender esta Assembléia onde Bento Munhoz da Rocha já falou, porque não havemos de entender nós que tivemos o concurso de gente: como José Loureiro Fernandes, como Júlio Moreira, como Oscar Martins Gomes, como Milton Carneiro fazendo e tecendo uma história que ainda não é forte só porque não é conhecida. Mas pode ser forte se for conhecida, divulgada, propagada e incentivada. Os polacos de Curitiba odiavam as velhas casas de troncos, uns encaixados nos outros, todas elas em Tomaz Coelho, eram galinheiros, eram chiqueiros, porque a prosperidade da segunda a terceira geração já tinha dado a eles o direito da casa com janela de fianco, feita de alvenaria pintada de cor-de-rosa e azul, da casa com a possibilidade de colocar antena de televisão.

Odiavam eles as casas velhas dos seus avós, no entanto, foi nós colocarmos uma delas como cenário da recepção ao Santo Padre o Papa no Campo do Coritiba e depois no Parque do Papa para todos passarem a valorizá-la. Tenho eu uma casa polonesa que comprei antes da visita do Papa e que mantenho em minha chácara. Tentem os Senhores comprar agora, em qualquer das colônias polonesas, uma dessas casas para ver se alguém lhes vende? Ao tempo em que não se havia mostrado a casa como bem cultural, em que não se havia feito o Parque do Papa essas casas eram dadas de presente, como madeira velha, como lixo, como entulho do terreiro. O processo de valorização do patrimônio e da memória é um processo de consciência, não é partidário, é político. É político no sentido de libertar os brasileiros do temor servil, de sempre ficar achando que bom é ir a Disneylândia com os filhos ver um mundo de matéria plástica. Quem sabe um dia, na Dis-

neylândia, o Walt Disney nos contempla, com uma Lapa em miniatura de plástico e de linho leme, e nós, felizes, iremos lá ver a Lapa que já não temos, a que destruímos! Ou quem sabe uma Paranaguá em miniatura, entre a casa do Mickey Mouse e da Branca de Neve; a igreja da Ordem feita de linho leme, as personagens de Paranaguá mortas inteiras, empalhadas, feitas com dólares norte-americanos e todos, saindo de lá, vestindo moletons fabricados em Blumenau com o Mickey Mouse estampado aqui, nas fábricas do Plínio Castro, bem alegres, porque compramos a cultura do mundo ocidental.

Ora, antes que se faça a Lapa em miniatura, a rua brasileira em miniatura, em Disneyworld, em Epcotcenter ou nessa "Nova Disneylândia", que os franceses estão fazendo em Astérix, perto de Paris. Vamos manter a cidade por inteiro, vamos manter a história por inteiro, vamos manter o que nós temos, vamos saber quem fomos para podermos dar ao povo a condição de decidir para onde vamos.

Tem o aparte o Deputado Baggio.

O Sr. Eduardo Baggio - Nobre Deputado Rafael Greca. Vossa Excelência prima pela conservação dos imóveis tombados no Estado do Paraná, eu também o primo. Gosto de ver conservadas as coisas que têm história. O que não posso, nobre Deputado, é concordar com o tombamento de casas recém-construídas, até postos de gasolina, casas construídas há 20, 30 anos e hoje serem tombadas.

O motivo do meu requerimento, da retirada por dez sessões, era para que pudessemos discutir, juntamente com o Secretário da Cultura e o povo da Lapa, que, segundo palavras do Governador Álvaro Dias, ele vai fazer o que o povo da Lapa quer e não o que técnicos e sonhadores estão querendo fazer com a nossa querida Lapa. Eu quero ver um dia a minha Lapa, a minha Lapa histórica, a minha Lapa conservadora, aquela Lapa que ainda se toma o chimarrão na calçada, quem sabe com alguns espigões, para podermos mirar a Capital, que é Curitiba.

Quero sim o progresso da minha querida Lapa, mas não quero ver atravancado por idéias, muitas delas malucas, tombando tudo, sem ter um certo critério. Queremos saber, e o povo da Lapa juntamente vai discutir, o que vai ser tombado, quanto vai ser tombado.

É isto que queremos e o Governador Álvaro Dias vai nos dar este respaldo. Palavras deles, vão fazer o que o povo da Lapa quer.

O SR. RAFAEL GRECA - Nobre Deputado Baggio, parece-me que o Governador, no

texto do veto, aje de maneira diferente do que nas declarações de Vossa Excelência atribui a ele. Mas, parece-me que o Governador incorre na grave irresponsabilidade de estabelecer um assembleísmo sobre o que fica de pé e o que cai num sítio histórico, ou num espaço culturalmente preservado.

Quanto a Sua Excelência achar que os prédios altos são sinal de progresso, quero esclarecer a Sua Excelência...

O Sr. Eduardo Baggio - Apenas foi para um exemplo, Deputado.

O SR. RAFAEL GRECA - ... que a cidade de Paris limitou o gabarito de seus prédios ao tempo do Barão de Osmann, Prefeito de Napoleão III, em seis andares. E eles não são vistos. E não é por isso que Paris é mais atrasada do que a Lapa, ou do que Curitiba, ou do que qualquer cidade que tenha levantado espigões.

Parece-me também que todas as capitais da Europa preservaram os seus conjuntos arquitetônicos. Eu mesmo vi, em Bologna, as milenares muralhas medievais da cidade. Os velhos palácios da velha Bologna, dos príncipes de Gonzaga, transformados em casas populares. Isto por obra de um Prefeito comunista, na época do já elegante PCI - Partido Comunista Italiano, que agora se autodissolve.

Vi em Roma prédios de mil anos, de mil e duzentos anos, do ano 400 Depois de Nosso Senhor Jesus Cristo, perfeitamente conservados e com todo o conforto moderno, dentro destes mesmos prédios.

O Sr. Eduardo Baggio - Mas eu não sou contra a conservação, nobre Deputado, sou a favor. Agora vamos ver o que vamos tomba.

O SR. RAFAEL GRECA - Não se pode dizer que um espigão é progresso. Mesmo porque os espigões surgiram com o advento do concreto armado, que está completamente superado na arquitetura moderna. E, mais do que isto, os campos da Lapa possibilitam o extremo desenvolvimento da cidade.

Parece-me que mais preocupados deveríamos estar nós em gerar para a Lapa, para São João do Triunfo, para Guaraniagu, para Antônio Olinto, para Cruz Machado, para Morretes, enfim para todas as cidades do Paraná, alternativas de emprego para os jovens que lá nascem, para que lá possam casar e viver, do que preocupados apenas com esta questão que não é essencial.

É possível o Conselho de Patrimônio Histórico do Estado, com o Secretário da Cultura, discutir os casos extemporâneos de tombamento. Por exemplo, eu não tenho dúvida de que se um posto de gasolina está

incluído no perímetro tombado, ele não está incluído pelo seu valor arquitetônico ou cultural; se não que ali, naquele terreno do posto de gasolina está limitada qualquer construção que venha prejudicar o que nós os arquitetos chamamos - e não somos nós, os arquitetos do Paraná, nem só os de Curitiba, nem só os que servem ao Dr. René Dotti, mas os arquitetos do mundo inteiro, o que chamamos de entorno. Os Srs. tem um exemplo na cidade de Curitiba. A praça da Ordem é esta jóia que mantivemos com tanto custo. No entanto, no meio da Praça da Ordem, em 1970, ainda antes da cidade ter leis de proteção do Patrimônio Histórico, fez-se o prédio da família Romanó, o edifício Gastão Romanó, se não me engano, ou Adolpho Romanó. É um edifício de vidro que contrasta terrivelmente com a bela fachada da casa Hoffmann, dele vizinha. E também fez-se aquele prédio feio, neutro, miserável, que é a sede dos Móveis Pinheiros, que depois foi corrigida de maneira a não ter letreiros abusivos e a não prejudicar a fachada da Igreja da Ordem.

O entorno é muito importante. A Catedral de Curitiba perde 50% da sua importância, por duas coisas: por uma rua que passa diante dela e que não lhe dá a perspectiva de adro, é nossa idéia estender, um dia, com uma mudança de trânsito profunda no centro, o calçadão da Catedral até o marco zero da Praça Tiradentes e quem sabe até remover dali a banca de cafezinho, que ganhou o ex-Deputado Pedro Lauro do Sr. Maurício Fruct, de maneira irresponsável.

É nossa idéia fazer isso, como também a Catedral perde porque tem ao seu lado o Edifício N. Sra. da Luz, que é da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, mas que compete com a Catedral em altura, em escala e em volume. O que está em discussão é o entorno. O que está em discussão, no caso da Lapa, é o entorno.

Agora, fica também uma advertência à Secretaria de Cultura, ao Poder Executivo, aos técnicos do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, não se pode engessar uma realidade. Tudo deve ser preservado pelo entendimento.

No entanto, não vê este Deputado motivo algum para se tirar do Secretário da Cultura do Estado, o direito de, com um conselho de nobres representantes da inteligência paranaense, e por que não nesse conselho também haver assento para Parlamentares, não vê este Deputado motivo algum para se tirar dele esse direito e esse dever que é seu pela Constituição Federal, é seu em todos os países adiantados do mundo, é seu, inclusive, por idéia do Programa do nosso Partido.

Percebam os Senhores Deputados, preserva-se mais pela compreensão, pelo en-

tendimento, por ganhar a população do quê pelo tombamento puro e simples. Mas, a discussão de um tombamento num Parlamento transformaria tudo de maneira assemblearista, num jogo de paixões e de interesses. E daí, o tombamento deixaria de ser um santo remédio, porque não só se tombaria o que fosse tacitamente aceito. E não são sempre os Secretários-gerais, não são sempre os proprietários generosos, sobretudo em um País onde a grande maioria da população não tem autototal compreensão da história. Eu mesmo não vim a casa de meus avós os velhos da família Oliveira quando eles se derubaram a velha casa da Rua dos Lavas-Rês, que foi o cenário de minha infância; derubaram para fazer um prédio novo - projeto do Arquiteto Rineu Borges de Macedo - é até um prédio medíocre, embora confortável. No entanto,...

O Sr. Eduardo Baggio - Esta casa não estava tombada já anteriormente, nobre Deputado?...

O Sr. RAFAEL GRECA - Não, não estava. Os institutos de Tombamento dos anos 60 não prevaleciam....

O Sr. Eduardo Baggio - Não estavam tombados e depois não houve um destombamento?...

O Sr. RAFAEL GRECA - Não! Não crie caso onde não houve e não pense que... (vozes paralelas)...

O Sr. Eduardo Baggio - Não, apenas faço uma pergunta que é um direito que me assiste. E, perguntar não ofende, nobre Deputado. Se Vossa Excelência leu o relato pelo lado da ofensa, desculpe-me mais eu não tenho esse estilo de ofender aos meus companheiros....

O Sr. RAFAEL GRECA - Não houve de maneira nenhuma....

No entanto, eu dizia, vi a casa de meu avô só por alguma memória de infância que ainda tenho e depois nos retratos de família. Hoje, vejo os velhos tios meus olhando aquela casa com saudade num quadro do pintor Ruben Esmanhotton que mandei fazer de uma velha fotografia que se conservou. E fico pensando como poderia aquela casa ser hoje ainda confortável, elegante, admirável e endereço da nossa identidade comum, se não tivesse sido demolida. A família de Lisymaco Franco Ferreira da Costa conserva o próximo a esta Assembléia a casa que foi do ex-Secretário da Educação do Paraná. numa das paredes há uma placa dizendo o quarto onde o Dr. Lisymaco nasceu, na outra parede há uma placa dizendo onde o Dr. Lisymaco Ferreira da Costa morreu.

São todos fiéis guardiões da sua identidade. Não é à toa que os Franco Ferreira da Costa tiveram papel destacado na política do Paraná! Porque só pode pretender ter papel destacado na história quem preserva a história. A História tem falado em nome de alguns reis, mas os reis não carregaram pedras.

Então as casas do povo também precisam permanecer. Os conjuntos arquitetônicos também precisam permanecer, as igrejas de todos os tipos de tendências, que tenham valor artístico e cultural, também precisam permanecer. Mas, sobretudo, há que se plantar na comunidade a vontade da permanência.

Eu vejo o Deputado Luiz Carlos Alborghetti e me lembro que é ver Damasco, e me lembro da bela Bergamo, que é moderna na planície, na direção de Milão, e é toda conservada, e conservada pelo Banco D'Ico-leoni, que é um poderoso Banco italiano, na parte antiga.

Eu fico imaginando Bergamo há trezentos anos atrás ou há duzentos anos atrás sendo demolida no seu arruamento medieval, tendo as suas muralhas botadas abaixo e perdidas por um instrumento de revogação de tombamento.

Hoje, a Itália é poderosa e é forte, porque compreendeu a sua história. O mesmo acontece com a Espanha. O que acontecerá com o Brasil ou com o Paraná? Porque com o Nordeste já aconteceu.

Os melhores guardiões do Pelourinho da Bahia, são os pobres que lá vivem, é o povo que lá mora, são as meretrizes, personagens de Jorge Amado, são as mulheres do Candomblé, são os homens do povo e os operários; esta gente mantém o Pelourinho vivo; ninguém pretende nada congelado, como uma Disneylândia, todos pretendemos a Lapa viva, a Lapa para os lapa-nos, Paranaguá viva, Paranaguá para os parnanguaras, Antonina viva, Antonina para os antoninenses. Mas, pretendemos isso feito com consciência e com trabalho efetivo da Secretaria da Cultura.

Porque, caso contrário, Sr. Presidente, para concluir, o Secretário da Cultura do Estado se transformará apenas, no Programador do Teatro Guaíra, no animador-mor das promoções culturais, nas várias cidades do Estado, e perderá a função intrínseca, que é a de dar à cultura o seu componente mais importante, num dos seus componentes importantes, que é o passado, a devida proteção e o devido respeito.

Eu lembro para terminar, Dr. Fausto de Goethe.

Quando Fausto estava tentado por Sathânas, ele, fomentador, esteve por fazer uma obra do tamanho de Itaipu, e ganhou do diabo o direito de arrasar vinte lapas, na beira de uma praia. Sobrou a casa de um

casal de velhos, um velha casa, onde o diabo e Fausto foram recebidos, um e outro, isso é copiado das metamorfoses de Ovídio, no poema "Metamorfoses", os deuses resolveram destruir o mundo, e mandaram Júpiter e Apolo, visitar todo o mundo, e encontraram um casal de velhos que mantinham a tradição.

Então, o que é que acontece no Poema Romano? No Poema Romano os velhos são preservados, porque guardavam a tradição, mereciam ser imortais.

O que acontece na tragédia do Dr. Fausto? Fausto diz assim: "Eu quero a planície limpa, eu quero a velha casa arrasada, eu quero que os velhos sejam eliminados", e eles são mortos, com um memorando frio, como pode ser embora repleto de boas intenções o diploma que hoje o Governador veta. "Os velhos são eliminados"; e Fausto constrói uma torre, para contemplar como ele era grande, e como era moderna a sua obra, e como tudo o que havia feito era bom. E Fausto diz: "instante tão famoso, porque passas"; e neste instante, quando ele perde o vínculo com o passado, ele é mandado para o "quinto dos infernos", porque ao perder o vínculo com o passado, perde sua humanidade.

O que está em discussão hoje, é a defesa da humanidade, dos paranaenses, do componente histórico intrínseco, a cultura dos paranaenses!

Este, hoje, é o meu partido. E neste partido, hoje, felizmente, soma comigo o Governador dos paranaenses!

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PAULO FURIATTI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Paulo Furiatti, para discutir.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados; a idéia de elaborar um projeto de lei determinando que a inscrição em um dos livros de Tombo fosse discutido pela Assembléia Legislativa, aconteceu quando eu participei de uma reunião na Lapa. De forma sorrateira, inescrupulosa, protegida pelo silêncio e se valendo de uma lei de 1953, a Secretaria da Cultura iniciou o processo de tombamento de 14 quadras na cidade da Lapa. Sem discussão, sem explicação ou convencimento, souberam os proprietários que tinham 15 dias para vir a Curitiba provar aos iluminados da Secretaria que os seus imóveis não tinham valor histórico e cultural.

Diante de tamanha surpresa, e a Lapa é uma Cidade histórica, existem prédios históricos tombados, a Igreja da Matriz, a

Casa da Câmara e Cadeia, o Teatro São João, e se é preservada é pela cultura de seu povo, é porque seu povo tem o germe da preservação dentro de si. Aí houve uma reunião na Câmara Municipal. Convidado fui.

E assisti a um espetáculo tecnocrático, quando por duas horas o representante do SPHAN fala da Lapa para os lapeanos, com fotos aéreas, mostrando aquilo que o povo sente através de fotos de helicópteros. E aí eu lembrei do Schopenhauer, que disse: "Quem explica a passagem de um autor mais profundamente do que a sua intenção, não explica o autor mas, obscurece, mais realista que o rei".

Vossas Excelências precisavam assistir ao espetáculo de um técnico mostrando para os lapeanos o que era a Lapa. Não foram lá para harmonizarem-se com o povo. Mas, para provar que sua sabedoria superior explicava aquele ato.

Depois de muita discussão, a comunidade sugeriu: "já que estamos nos entendendo, vamos fazer uma proposta. Revoguem o ato administrativo. Façamos uma comissão comunitária e elaboremos um plano de preservação da Cidade, porque ninguém, até agora, disse que nós somos contra a preservação. E juntos, vamos preservar, porque ninguém preserva quando o povo não entende a preservação e a sua cultura".

Tal qual chegaram os iluminados, assim saíram. Convencidos de que aos bárbaros resta o ato imediato e à força. Mesmo assim, insisti. Fui ao Conselho onde expus os motivos pelos quais a comunidade estava revoltada. Embora tratado com elegância, na minha ausência demonstraram suas verdadeiras intenções. Estavam convencidos de que o meu objetivo era o de impedir o ato por razões particulares.

Depois de algumas reflexões, dei-me conta de que aquele problema não se restringia apenas ao caso específico da Lapa. Mas, deveria ter um tratamento geral. E dei-me conta de que sou Deputado e que resta ao povo o ato mais democrático da sua discussão e de representação no Parlamento. E apresentei uma lei, consultando advogados, juristas e tudo o mais. Uma lei que diz que o Poder Executivo tem a iniciativa, processar-se todos os trâmites e a conclusão final se estabelece aqui, com os Senhores Deputados. A Casa aprovou por unanimidade. E aí começam as discussões, e muitas delas sem a coragem de explicitar as verdadeiras razões e com malícia, embulhando palavras para esconder a verdade.

A grande verdade é que não querem que a Assembléia se pronuncie por uma razão muito simples, muito simples: eles delegam poderes aos burocratas para tombarem, mas ao mesmo tempo negam recursos para que se



consERVE ou faça-se a conservação! Então, é o ato da representação. Shopping Hauer, nobre Deputado. A representação! Tombe-se! Atos políticos e assinaturas! Mas, na prática, não existe uma prioridade política que representa recursos para se preservar o que está tombado.

Eu conheço - "meninos eu vi", casas por aí sendo demolidas na madrugada sem que a Secretaria da Cultura sequer se preocupasse. Por quê? Porque os donos daquelas casas eram poderosos.

Mas, se não bastasse essa falta de vontade política, foram ao delírio. Em 40 anos de existência da lei, 100 imóveis tombados, alguns bem tombados e maravilhosamente tombados, mas num ato apenas tombam 246 propriedades num local só. Inclusive, sai reportagens no jornal de que o prefeito estaria com duas propriedades suas no ato do tombamento. Só que ninguém conta que o traçado faz algumas curvas em que retira o terreno baldio do prefeito no ato do tombamento.

Sobre verdade e mentira existe um tratado Nietzsche sobre a verdade e a mentira. O mentiroso usa as designações válidas, as palavras para fazer aparecer o não efetivo como efetivo. Ele diz: "Sou bom!", quando para seu estado seria precisamente "mau" a designação correta.

Entendem que o instituto do tombamento se tiver que passar por esta Casa estará invalidado.

O Deputado Rafael Greca falou por 30 minutos e eu tiro a seguinte conclusão. Nós não somos necessários. O Poder não é necessário.

Somos incompetentes, somos irresponsáveis? Claro que não. O sofisma está hoje sendo usado de uma forma maliciosa.

Um Parlamento que aprova o orçamento; um Parlamento que elabora uma Constituição; um Parlamento que decide os atos mais importantes de um Estado não tem competência para discutir a cultura de um povo? Tem e deve.

O resgate da nossa dignidade, o resgate do Parlamento está embutido nessa discussão.

A arte é o homem que se move no Universo, ora sujeitado, ora em revolta, ora batalhando, ora alvoroçado por não saber de onde veio, ora orgulhoso por saber. Temos, sem dúvida, que preservar, compreendendo, interpretando, imaginando nos expectadores do passado, procurando os melhores pontos para apreciar o panorama mais emocionante na passagem do mundo e dando largas à imaginação.

Para isso, no entanto, devemos olhar para o passado naquilo que verdadeiramente representa o histórico e cultural, e não dispensarmos a pesquisa, o debate pelo prazer da burocracia da representação.

Lendo esses dias, Pietro Bardy, ele dizia: "Estive no México num congresso de museus, mas fui muito mais ao México para ver as pedras dos Maias, do que para ver os meus colegas discutindo a melhor forma de organizar as peças de um museu".

Ora, substituindo os colóquios por ambientes fechados pela mais ampla discussão da Casa do povo, além da legitimidade da preservação do nosso patrimônio, nós estaremos adicionando algo que é fundamental nesse assunto que se chama responsabilidade.

Responsabilidade de um Executivo mandar uma lei estabelecendo uma discussão pública. E é na discussão pública que as coisas acontecem. O Executivo deve propor, defender, responsabilizar-se, e a nós, compete aprovar.

O argumento de que esta Assembléia Legislativa é lenta, é um acinte. Certamente o nosso Parlamento não é o ideal, mas afirmar que aqui as propostas ficam mais difíceis de se concretizar é negar a própria existência do Parlamento.

Não será evitando o Parlamento que construiremos uma democracia forte.

Não cabe a setores da sociedade civil organizar ou não, argumentar pela isenção e procurar limitar através das exceções, a nossa razão de ser.

Cabe sim, exigir que o Parlamento aja com seriedade e competência no interesse público, isso cabe! Cabe mobilizar-se para que o Parlamento trabalhe de acordo com o interesse público. Agora, excluir o Parlamento de uma discussão dessas ...! Nada se transforma, nada muda, nada se aperfeiçoa se não houver exigência de ação e o nosso aperfeiçoamento é através de ação, ação e participação.

A derrubada do veto, com o voto consciente de cada um dos Srs. Deputados, colocando na cédula SIM, representa a consciência de que desejamos participar, nada diferente disso. O que nós queremos é participar de um processo, e vejam os Srs., nós estamos discutindo cultura na tarde de hoje!

Com o aparte o Deputado Valderi Villela.

O Sr. Valderi Villela - Nobre Deputado Paulo Furiatti, nós estivemos acompanhando o pronunciamento do nobre Deputado Rafael Greca, sentimos um distanciamento muito grande entre o que possa haver numa conversa entre dois intelectuais, como deve ter ocorrido com a pessoa do nosso companheiro de Partido, com o Secretário da Cultura.

Mas, sinceramente, já tinha o nosso posicionamento contrário, porque nós estivemos junto com Vossa Excelência lá, na cidade da Lapa, e todas as pessoas que nós



ouvimos se manifestaram contrárias à forma como foi feito esse tombamento.

Vossa Excelência correu, lutou, foi falar com o Governador, foi falar, eu sei, houve um entendimento de Vossa Excelência com o Governador, a fim de quê? A fim de dar um caminho a este tombamento, a esta preservação da história do Paraná.

O Deputado Rafael Greca me deixou um pouco mais tranqüilo, deixou hoje com o posicionamento dele em votar contra votar mais em favor do povo da Lapa do que em favor do Secretário da Cultura; o pronunciamento me esclareceu, o de Vossa Excelência também me esclareceu um pouco mais ainda. Porque há um disparate em dizer que devemos criar alternativas para fixação do nosso jovem no interior, do nosso homem no campo, do nosso trabalhador na cidade e querer retirar dele a sua propriedade, porque daí em diante ela já vai ter um valor histórico.

E eu pergunto, como disse o Deputado Baggio: que valor histórico pode ter alguma coisa construída há 10 anos atrás? Se for feito desvio, um canto aqui, um canto ali para se desviar do tombamento de propriedades de apadrinhados políticos, isso, nobre Deputado, é o que ouvimos do povo da Lapa, que é o único e grande interessado nesse problema.

Concordo com Vossa Excelência quando diz que se nós temos poderes para fazer uma Constituição, comentava, comentava com o Deputado Edmar, agora há pouco, nós estamos fazendo uma Constituição, fazendo com que ela fique melhor para o Paraná. Não vamos deixar de apreciar uma matéria, não temos competência para analisar uma matéria de alto interesse como essa também de um tombamento? É um absurdo essa colocação. Este Parlamento sempre foi defendido por nossa pessoa, por nossa Bancada, o PDT, pela sua força que deve ter de um poder independente e não de um poder que ouve e que faz acertos atrás da porta.

A nossa bancada, o PDT em sua maioria, porque hoje não é unânime. Nós nunca exigimos que votem contra a vontade dos Parlamentares por isso. O Deputado Rafael sabe que não existe isso no PDT, que é um partido democrático. Mas a maioria, os quatro integrantes da bancada e demais integrantes da bancada vão votar contra o veto do Governador, em favor do povo da Lapa, para que não seja deixado de preservar o patrimônio histórico que lá existe, mas que haja critérios para este tombamento.

Eu parablenizo Vossa Excelência com sua posição em defesa do povo da cidade da Lapa.

O Sr. Rafael Greca - Permite-me um aparte, Deputado Furiatti?

O SR. PAULO FURIATTI - Desde que fosse bem rápido, nobre Deputado Rafael, porque vários Parlamentares me solicitaram. Haverá uma Comissão Geral, logo após a plenária, e vários parlamentares me solicitaram que fosse breve.

Eu, sinceramente, em nome da democracia, não gostaria de terminar sem lhe dar o aparte, mas eu pediria a Vossa Excelência que fosse breve, para que nós possamos iniciar a votação.

O Sr. Rafael Greca - É tudo muito claro, Deputado Furiatti, e eu também, lhe aparteando, quero fazer algumas considerações ao nosso dileto líder.

É o seguinte: vejo no seu projeto a virtude da denúncia da hipocrisia burocrática. Tombar as casas e não dar a possibilidade de recursos para a sua preservação. Sei que na cidade de Curitiba isso avançou de modo admirável. No próximo orçamento, para que nós não sejamos tidos como desnecessários, podemos votar aqui todos maiores recursos para programas específicos de preservação do patrimônio nos sítios históricos tombados. Isso se faz na hora da votação orçamentária.

Agora, parece-me que a Lapa é o nó górdio desta questão. No entanto, o seu projeto e é aí que me posiciono contrariamente, coloca em risco o instituto do tombamento.

O SR. PAULO FURIATTI - Por quê?

O SE. RAFAEL GRECA - Coloca no sentido em que tira do poder Executivo e transfere à instância do Legislativo, a discussão.

O SR. PAULO FURIATTI - Por quê? Quando?

O SR. RAFAEL GRECA - Quando a Constituição Federal dá esta prerrogativa ao Poder Executivo. E para concluir só, quero lhe dizer que acho que todos nós sorhamos com um país onde não haja divisão entre o povo e os intelectuais. Onde todos tenham acesso ao pão do saber.

Um dia eu perguntei ao poeta Thiago de Mello, que dizia: "Eu não posso dormir enquanto as crianças do meu povo, passam fome." Porque ele havia se metido na preservação do patrimônio nacional, no Governo João Goulart, ele me disse: "Porque quando estiver saciada a fome física, há que se servir à Nação o pão do espírito".

Então, é em benefício do pão do espírito que eu acho que o Governo não deve ser eximido da sua responsabilidade, de preservar o patrimônio.

O SR. PAULO FURIATTI - Só concluindo.

Primeiro, o nosso projeto diz que a iniciativa é do Poder Executivo, a inscrição passa por nós e sabidamente a Constituição não fala Poder Executivo, nobre Deputado, ela fala Poder Público. Poder Público é o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Apenas um esclarecimento.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Furiatti, se alguma dúvida eu tinha, eu as esclareci durante o debate que se travou nesta Assembléia.

A benevolência do Deputado Rafael Greca permitiu-me dar uma volta pelo mundo, conhecer ao menos em imaginação cidades e monumentos históricos que eu não conheço. E depois desta volta toda com incursões pela literatura e pela história, cheguei à conclusão de que devo votar contra o veto do Governador.

O SR. PAULO FURIATTI - Eu vos agradeço, nobre Deputado.

O Sr. Gernote Kirinus - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

Deputado Furiatti, desde o início venho acompanhando o seu projeto, e estava até inclinado a lhe dar o apoio. Mas, convenceu-me de que o ato do seu projeto suportaria o Poder Executivo de tomar atos administrativos no sentido dos tombamentos. E o ato administrativo não é função abstrata da lei, segundo Meireles. A lei estabelece normas para o tombamento, mas quem faz o tombamento realmente deve ser o Executivo. Não seria prudente nós invertermos.

Mas eu entendo a defesa que Vossa Excelência faz dos lapeanos atingidos por um ato administrativo, e no entanto acredito que Vossa Excelência talvez exagere um pouco, porque os proprietários têm recursos primeiro administrativo e estão amparados também pelo recurso judicial. E se isso não bastasse o convencimento simples do Governador, por ato unilateral, poderia reverter a situação do tombamento.

Dos 240 tombamentos que houveram tem-se informação que apenas, nem 20% entraram com recursos, os demais aceitaram. Portanto, nobre Deputado, acredito que está se exagerando.

Só gostaria de fazer uma observação final em meu aparte de que o seu pronunciamento e o seu posicionamento, hoje, em relação à Lapa, não é o mesmo que Vossa Excelência teve em relação à estrada de Colombo, onde achava que entidades civis organizadas, ecológicas, poderiam se manifestar e ir contra uma decisão da Assembléia e nós acatamos essa possibilidade,

deixamos nas mãos do Judiciário a quem deve ser dado o julgamento final.

Então, o seu comportamento em relação à estrada de Colombo, que nós defendíamos, talvez agora Vossa Excelência entenda o porquê defendíamos a estrada de Colombo com a mesma garra com que Vossa Excelência defende a Lapa.

O SR. PAULO FURIATTI - Há equívoco na sua análise. Primeiro, os 20% dos moradores não entraram com recursos porque sequer tomaram conhecimento por um ato autoritário do Executivo. Segundo lugar, o seu depoimento apenas referenda a nossa posição. Se a estrada de Colombo foi tombada por iniciativa do Poder Legislativo se torna lei e só seria destombada numa ampla discussão e não por um ato imperativo do Executivo.

Agradeço o seu aparte, mas seria muito interessante que Vossa Excelência fosse verificar "in loco" porquê as pessoas não entraram com recursos; simplesmente porque não tomaram conhecimento.

Eu agradeço, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Chamada nominal para votação o 1º Secretário fará.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Para encaminhar a votação, o Sr. Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O veto apostado pelo Governador do Estado ao projeto de lei em questão tem embasamento constitucional perfeito culminando os dois motivos contidos na carta magna estadual, a saber: a inconstitucionalidade e a contrariedade aos interesses públicos. A Constituição Federal, no art. 216, § 1º, define a competência do Poder Público para promover e proteger o patrimônio cultural do País e numera quais os mecanismos de tal atividade, dentre os quais inclui o tombamento. Ao fazê-lo, evidentemente, está a referir-se ao Poder Executivo, que é a quem compete a execução as atividades definidas em lei. Portanto, é de se entender o tombamento: declaração de valor histórico, artístico e paisagístico como um ato administrativo e não como uma função abstrata. Esta sim, atribuição da lei.

Ao Poder Legislativo é atribuída a competência para a geração de normas abstratas de eficácia universal ou seja, a competência legislativa.

O projeto de lei em questão pretende

tornar ambíguo o procedimento administrativo do tombamento, quando quer determinar sua sujeição à duplicidade de instâncias dos poderes Executivo e Legislativo. Não se pode admitir que a instrução do procedimento seja feita pelo Poder Executivo e a inscrição no livro Tombo, através do Legislativo, pois se chegaria ao absurdo de obrigar-se o Poder Legislativo a discutir e votar uma lei para cada hipótese de tombamento.

Restam ainda duas situações importantíssimas. Primeira a de que o Poder Executivo é competente para rever as decisões do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, na hipótese do cometimento de qualquer absurdo por parte deste. A segunda, não menos importante, é a de que resta a parte interessada, a garantia de que não se exclui da apreciação do Poder Judiciário, qualquer lesão do direito.

Inexistem então, os motivos que justifiquem a derrubada do veto, até porque deve-se manter a separação de funções determinadas pelo sistema de freios e contrapesos ditada pela doutrina democrática.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para cumprirmos rigorosamente a nossa Carta Magna a Constituição Federal que tanto apregoam os Srs. Deputados, que não devemos rasgá-la, devemos cumprir os seus mandamentos; vamos mais uma vez cumpri-los, e manter o veto, embasados na forma legal mais contundente possível, e precisamos, Srs. Deputados, dizer desta tribuna, da competência indiscutível do Professor René Dotti, nosso Secretário da Cultura, que não faria, a nosso ver, qualquer ato que descumprisse uma norma legal, porque professor de Direito, professor respeitado, evidentemente que é um defensor da lei, da justiça, e temos certeza absoluta que não faria qualquer ato que desrespeitasse as normas vigentes.

Por isso, peço aos nobres Deputados, pela manutenção do veto para cumprimento das normas legais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está em votação.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, para votação.

(É procedida a chamada nominal)

48 Srs. Deputados compareceram e votaram. Quatro ausentes e dois Srs. Deputados licenciados.

Designo uma Comissão de Líderes, acompanhados do Líder do Governo, para o processo de escrutinação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Vinte e seis (26) votos sim, dois (02) brancos e vinte (20) não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mantido

o veto.

Vou submeter ao voto, requerimento do Deputado Estadual Luiz Alberto Oliveira, que solicita se a Assembléia se transforme em Comissão Geral.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. - APROVADO.

O Sr. Relator da Comissão Geral, Sr. Deputado, Luiz Alberto Oliveira, com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Nos termos do Regimento Interno desta Casa, Sr. Presidente, com assinatura de Deputados, de 36 Deputados, apresento a Emenda Substitutiva da Comissão Geral, tendo em vista a constitucionalidade do projeto, desde que tal propositura vem embasada na nova Constituição Federal. Não existe óbice legal ou constitucional à sua tramitação nesta Casa.

Somos, portanto, de parecer favorável pela sua aprovação, com Emenda Substitutiva Geral.

É o Parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão. Em votação.

Aprovado. O projeto irá à segunda discussão na sessão de amanhã.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Resolução nº 32 e 35/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 32/89, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que atribui gratificação de verba de representação a funcionários deste Poder, conforme especifica.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em número de três, de autoria dos Srs. Deputados Artagão Mattos Leão, Algaci Túlio e Paulino José Delazeri, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO  
DE Nº 01, EM SEGUNDA DISCUSSÃO  
AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/89

Artigo Único - O Art. 2º do Projeto de Resolução nº 32/89, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - Aos ocupantes dos cargos de Consultor Técnico às Comissões, Consultor Legislativo, Taquígrafo, Jornalista, Redator, Médico, Dentista e Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria deste Poder, fica concedida a

percepção de verba de representação na base de 80% (oitenta por cento) sobre o vencimento básico".

Sala das Sessões, em 26.06.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Apoiar ento:

HOMERO OGUIDO, JOSÉ AFONSO JÚNIOR,  
CÂNDIDO BASTOS, EDUARDO BAGGIO,  
SABINO CAMPOS, VERA AGIBERT e  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

EMENDA DE PLENÁRIO N° 02

EM SEGUNDA DISCUSSÃO,

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 032/89

Que vigore na seguinte redação:

Art. 1° - Aos inativos ...

Art. 2° - Aos ocupantes dos cargos de Consultor Técnico às Comissões, Consultor Legislativo, Taquígrafo, Jornalista, Redator, Médico, Dentista e Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria deste Poder, fica concedida a percepção de verba de representação na base de 80% (oitenta por cento) sobre o vencimento básico".

Art. 3° - ...

Art. 4° - ...

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamto:

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

IRONDI PUGLIESI,

VALDERI MENDES VILELA,

NAMIR PIACENTINI, PAULO FURIATTI,

ANTÔNIO COSTENARO NETO, EZEQUIAS LOSSO,

e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A proposta original, de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, tem por objetivo corrigir distorções e regulamentar, neste poder, a percepção de verba de representação dos cargos previstos neste Poder. Diante disso, acreditamos que, por um pequeno lapso, deixou de constar, especificadamente, o cargo de Taquígrafo Legislativo da Casa, equiparado pela Lei Estadual n° 7884, de 06 de agosto de 1984, ao cargo de Secretário de Comissão.

Considerando-se ainda o aspecto da justiça da proposição, diante da notória importância do trabalho dos taquígrafos neste Poder, faz-se necessária a pretendida inclusão.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 03

EM SEGUNDA DISCUSSÃO,

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 032/89

Emenda Substitutiva ao Art. 2° do Projeto de Resolução n° 032/89.

Art. 1° - ...

Art. 2° - Fica concedida aos servidores comissionados, estatutários e celetistas deste Poder, a percepção de verba de representação básica na base de 80% (oitenta por cento), sobre o vencimento básico.

co.

Art. 3° - ...

Art. 4° - ...

Sala das Sessões, em 27.06.89.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

Apoiamto:

NELSON VASCONCELLOS

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Não é admissível que apenas uma pequena parcela de servidores deste Poder se beneficie de verba de representação, especialmente aquelas que já percebem os maiores salários nesta Casa.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 35/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS e OUTROS, que dispõe sobre a remuneração dos servidores que prestam serviços nos Gabinetes Parlamentares e dá outras providências.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela ordem) Sr. Presidente, ao Projeto n° 32/89 há uma emenda de minha autoria.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Pela ordem) Ao Projeto n° 32/89 também há uma emenda de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Há emenda do Deputado Artagão Mattos Leão, Algaci Túlio e Paulino Delazeri. Serão transformados em projeto à parte.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto...

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, gostaria de saber de que maneira será transformado o projeto à parte.

Gostaria que me fosse dada uma explicação, de que maneira se procede à transformação de uma Emenda a um projeto, em projeto à parte.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Transforma-se normalmente, nobre Deputado.

O projeto irá ser apreciado e desde que Vossa Excelência deseje, que seja em Regime de Urgência, ele tomará número, e Vossa Excelência poderá requerer regime de urgência.

O Sr. Paulino Delazeri com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar a discussão dessa minha emenda, e acredito que os demais Parlamentares também, porque vem o recesso parlamentar e somente lá no outro semestre sabe-se de que maneira se procederá a votação deste projeto.

Gostaria que fosse dada oportunidade para aqueles que consignaram as emendas

pudessem defendê-las e colocassem à apreciação do Plenário da Casa.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Eu gostaria que Vossa Excelência citasse no Regimento Interno onde se busca embasamento para se transformar em projeto, primeiro. E, segundo, registrar que pela primeira vez nesta Casa, há dois anos e alguns meses que aqui estou, vi a Mesa proceder desta forma.

Registro aqui o meu protesto e gostaria que esta Emenda fosse votada hoje, sob pena de considerá-la, considerar a atitude da Presidência, um engodo para que não seja votada esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência elabora um pequeno equívoco.

A Mesa tem poderes para transformar em projeto à parte.

O engodo é de Vossa Excelência...

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Citação, Sr. Presidente, do Regimento Interno, que prevê isso!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vossa Excelência é que tem que citar o Regimento Interno que impede.

Está transformado em projeto à parte.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Registro o meu protesto, Sr. Presidente.

Pela primeira vez coloco a Presidência no rol dos que engodam os Parlamentares que aqui estão e que desejam votar emendas, há projetos em que são votadas emendas...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa sente-se honrada em ser considerada assim por Vossa Excelência.

O SR. NEREU MASSIGNAN - (Pela ordem) Sr. Presidente, ao que me consta essa emenda estende o direito do que nós vamos aprovar no projeto às taquígrafas.

Quantas são? São 9, 12, 11, 15? Por que é que não vamos beneficiar essas 11 abnegadas pessoas que registram todo o nosso comportamento, todos os nossos pronunciamentos? São as pessoas que fazem o registro da história do Parlamento. Mas não é só isso, a dedicação dessas 11 pessoas aqui na Assembléia é algo que não precisa de testemunho, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O testemunho é aquilo que elas registram; a abnegação se estende ao trabalho da Constituinte. Eu não vejo por que não fazemos isto.

E faço um apelo, para que consigamos um instrumento regimental, em que esse benefício que vamos votar agora, se incluam

essas 11 pessoas.

É esse o meu apelo, porque senão, confesso, ficarei constrangido em votar o projeto, se não beneficiarmos os taquígrafos e as taquígrafas da Assembléia.

É um apelo dramático que eu faço, eu invoco aqui o trabalho delas, eu invoco a sensibilidade dos parlamentares, de que pela primeira vez nós olhemos para trás, para os 11 taquígrafos aqui. É esse o meu apelo, um apelo não de forma regimental, jurídica, não de questionamento da Mesa, em absoluto, eu sei que a Mesa é sensível a isto, mas para que consigamos um instrumento que viabilize isso hoje, aí nós votaremos o projeto, com a consciência absolutamente tranqüila.

Ao contrário disso, eu não tenho certeza se a minha consciência ficará tranqüila.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Eu gostaria também de manifestar aqui o apelo da Bancada do PFL, com assento nesta Casa.

Eu acho que não é justo, quando nós conseguimos através de um projeto, que se reforma o sistema salarial nesta Casa, deixar marginalizado um setor de vital importância para os trabalhos que realizamos no dia-a-dia.

Portanto, sem me alongar, eu gostaria que Vossa Excelência acolhesse a emenda e que ela fosse votada, possibilitando com que as taquígrafas fossem também beneficiadas por esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Concedo a palavra pela ordem ao Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, o PDC também faz idêntico apelo a Vossa Excelência, para que encontremos de imediato, urgentemente, uma solução. Principalmente os Deputados que estão mais envolvidos no trabalho constituinte, aqueles que já estiveram trabalhando em CPI, sabem do esforço e do massacre que acaba sendo realizado e que deve ser desenvolvido pelas taquígrafas e taquígrafos desta Casa. Esse povo merece toda a consideração de todos os Parlamentares da Mesa Executiva, porque realmente é um trabalho que merece os maiores elogios de todos os Parlamentares.

Se entender Vossa Excelência que não pode voltar atrás em sua decisão, então nós requeremos que se transforme esse projeto como foi feito momentos atrás, que seja discutido esse novo projeto de lei ainda hoje, transformando-se o plenário em

comissão geral para dar o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Valderi Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, temos uma experiência a respeito da transformação de uma Emenda em um projeto de lei.

Vossa Excelência recebeu a nossa emenda no projeto de lei que alterava o salário do servidor público do Paraná e até hoje, Sr. Presidente, depois de quatro meses, esse projeto não voltou. O Deputado José Afonso Júnior, foi designado relator e ia relatar em uma das reuniões e depois não teve quórum e ele não relatou.

Então, é uma dificuldade muito grande, Sr. Presidente, estabelecer-se um projeto de lei a uma emenda. E outra, Sr. Presidente, tenho certeza que a Comissão Executiva está trabalhando na elaboração da folha de pagamento. Mas nada impede, Sr. Presidente, de se fazer uma folha de pagamento suplementar, no caso de ser aprovada esta emenda.

Isto é um meio que a Comissão Executiva tem e que a Casa dispõe de mais alguns dias para elaborar um possível pagamento ou possível alteração daqui há mais alguns dias.

Não há justificativa alguma de se deixar tais emendas deixarem de ser votadas na data de hoje, beneficiando estes funcionários aos quais se referiram os demais Parlamentares.

O SR. ALGACI TULLIO - (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, volto a apelar a Vossa Excelência no sentido de que realmente possamos receber estas emendas para discussão e vou dar aqui alguns dados, apenas: os taquígrafos já são beneficiados por lei pela gratificação.

Entretanto, ela atinge a irrisória quantia de 10 cruzados novos e 20 centavos. Como pela Lei nº 7884, de 06 de agosto de 1984, os taquígrafos foram equiparados aos Secretários de Comissão e a presente proposição constitui-se em uma questão de justiça. O próprio autor do projeto, Quielise Crisóstomo, tenho certeza, terá a sensibilidade em votar também favorável a esta Emenda.

É o apelo que nós fazemos, porque acho até que de repente as taquígrafas merecem até pensarmos no problema da insalubridade porque afinal de contas estão sujeitas a vários tipos de risco aqui dentro do plenário, inclusive a tensão de todos nós, Parlamentares. E elas recebem lá no fundo, toda esta tensão, todo este clima pesado, às vezes, de uma sessão do plenário. Daí pelo que, eu peço a atenção de Vossa Exce-

lência.

O SR. PAULINO DELAZERI - (Pela ordem) Eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar, também, e anunciar a esta Casa que a Emenda que apresentei, que Vossa Excelência determinou que se transforme em projeto de lei, ela beneficia a todos os servidores, indistintamente, desta Casa: comissionados, celetistas, do quadro permanente desta Casa, estatutários, beneficia no mesmo percentual do projeto de resolução.

E também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrar que quando é do interesse da Mesa em ser votado projetos nesta Casa, faz-se o que se fez com o projeto do Poder Judiciário, que chegou no dia de hoje, nesta Casa, e já em primeira votação. E uma emenda sequer é apreciada, porque ela atende os que não têm voz política e não têm poder político para influenciar a todos nós, e principalmente à mesa, neste caso e neste momento.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - (Pela Ordem) Tenho a impressão de que a Mesa chegou a um consenso entre o 1º Secretário e o Presidente, pela maneira com que estão tratando o assunto.

Eu apenas desejo, Sr. Presidente, para que não passe em branco as palavras do Deputado Paulino Delazeri, registrar o empenho que fiz para que fosse votada a matéria relativa ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público. Fiz o empenho para que a Assembléia se manifestasse hoje, como uma forma de a Assembléia demonstrar que é possível haver harmonia entre os Poderes deste Estado...

O Sr. Paulino Delazeri - Porque se trata dos interesses dos poderosos, Sr. Deputado, por isso é que foi votado hoje, neste Parlamento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - ... Não aceito nenhuma insinuação, especialmente partindo de quem parte. Fiz para que apenas a vontade da Assembléia Legislativa prevalecesse sobre a vontade do Governador do Estado, inclusive com o voto do próprio Deputado Paulino Delazeri, que votou contra o veto do Governador, da mesma forma como eu votei, Sr. Presidente.

Se Sua Excelência não tem memória, se Sua Excelência tem memória curta, vota ora de uma forma, ora de outra...

O SR. PAULINO DELAZERI - Vossa Excelência pode usar dos artifícios que quiser, mas a verdade política é que nós estamos votando porque se trata de matéria dos poderosos. Os fracos, não votamos neste Parlamento.



O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - ... ele não irá cobrar de mim nenhum posicionamento. Eu não aceito, portanto...

Sr. Presidente... quaisquer insinuações de um Deputado de memória curta, de um Deputado meia-sola, que na verdade sequer serve para eleger-se Deputado Estadual nesta Casa,

E, em segundo lugar, Sr. Presidente, desejo fazer um apelo à Vossa Excelência, para que aceite a manifestação da maioria dos seus companheiros de Assembléia, da mesma forma que assinei emenda solicitando que fosse estendida aos taquígrafos deste Poder a gratificação do projeto do Deputado Quilse Crisóstomo.

Da mesma forma que assinei esta emenda, não assinei outra emenda do Deputado Paulino Delazeri porque não a conheço, mas assinei a emenda que prevê a gratificação às senhoras taquígrafas. E elas são testemunhas disso.

Em razão disso, Sr. Presidente, faço apelo para que Vossa Excelência, num gesto de grandeza que lhe é peculiar, possa compreender os anseios dos seus Pares e vote a emenda ora em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) A Mesa passa a decidir.

O serviço de taquigrafia desta Casa tem recebido da Presidência o maior apreço possível, desde quando 1º Secretário.

É um serviço essencial, importante para esta Casa.

A Mesa, entretanto, vai retirar os projetos da Ordem do Dia, todos os projetos que se referem ao funcionalismo, para um estudo mais aprimorado.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - (Pela ordem) Sr. Presidente, se Vossa Excelência determinar que isso ocorra, eu me retirarei do plenário, e faço um apelo a todos os Srs. Deputados que encerremos a sessão, porque não vamos aceitar que votemos para a magistratura sem votar para os funcionários desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) Vossa Excelência aja do jeito que entender.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 75/88, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que cria o Distrito Administrativo do VALE AZUL, no Município de Sarandi-PR, com sede na localidade do mesmo nome e com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 162/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATI, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de

fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura e às outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A. e C.E.M.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PAULINO DELAZERI - (Pela ordem) Quero registrar o meu voto...

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Vossa Excelência cite o artigo que está sendo violado.

O SR. PAULINO DELAZERI - Quero registrar o meu voto contrário ao projeto de lei nº 35/89.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) -

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/89, de autoria do Deputado ANÍBAL KHURY, que atribui gratificação de Responsabilidade Técnica aos ocupantes dos cargos de nível universitário da Administração Direta e Autárquica do Estado, extensivo aos inativos, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

Sobre o referido projeto, emenda modificativa de autoria dos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Sabino Campos, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA

AO PROJETO DE LEI Nº 131/89

Artigo Único - O Art. 1º do Projeto de Lei nº 131/89, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir, aos ocupantes dos cargos de nível universitário da Administração Direta e Autárquica do Estado, extensivo aos inativos, regidos pelas Leis Federais nº 5194/66 e 6496/77, a gratificação de Responsabilidade Técnica no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre os seus vencimentos, para todos os efeitos legais".

Sala das Sessões em 27.06.89.

(aa) GERNOTE KIRINUS

SABINO CAMPOS

Apoio: Cândido Bastos, José Afonso Júnior, Aníbal Khury e Artagão Mattos Leão.

Emenda. - Aprovada.

Projeto. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 18/89 (Mensagem nº 29/89, ex-Proposição nº 27/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do

Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e os Municípios que especificam, todos objetivando a aplicação de recursos financeiros oriundos do Convênio EPTU/BIRD IV, com vistas à aquisição ou reparos em equipamentos para a manutenção do Sistema de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 19/89 (Mensagem nº 36/89, ex-Proposição nº 28/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 12.10.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e o Município de Iretama e aprova também os termos de revigoramento datados de 25.11.88 e 06.12.88 a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os Municípios de Cafelândia e Prudentópolis, objetivando a conclusão de prédios destinados às agências de rendas locais. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 21/89 (Mensagem nº 47/89, ex-Proposição nº 33/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 31 de janeiro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Projeto de Produção de Alimentos em Panificação e Pastificio. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que revoga a Lei nº 8682/87, e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 34/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Alto Piquiri, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Brasilândia do Sul. - Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede gratificação a título de tempo integral e dedicação exclusiva aos Diretores das Escolas Estaduais e aos Assistentes de Núcleo, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 46, de 05.06.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 130/89

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o projeto de lei ora em exame visa conceder gratificação a título de tempo integral e dedicação exclusiva aos Diretores das Escolas Estaduais e aos Assistentes de Núcleo, ressalvados os casos em que haja impedimento legal.

A matéria configura-se de grande importância e deve-se louvar a iniciativa do seu autor, face a relevância do trabalho desempenhado pelo Diretores das Escolas Estaduais e pelos Assistentes de Núcleo.

Tendo o presente plano de lei um caráter meramente autorizatório, não vemos impedimento algum para sua perfeita tramitação e conseqüente aprovação.

Por tais fatos, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões em 20.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

EDMAR LUIZ COSTA - Relator

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Sr. Presidente, Vossa Excelência retirou o Projeto nº 35/89?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Foi retirado da Ordem do Dia.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela ordem) Sr. Presidente, o Projeto nº 35/89 não entrou em votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Os dois foram retirados da Ordem do Dia.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a suspensão do regime de urgência, bem como seja retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de cinco (5) sessões, o Projeto de Lei nº 130/89. - Aprovado..

Fica, portanto, retirado por cinco sessões, o Projeto de Lei nº 130/89.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 89/88 (Mensagem nº 100/88, ex-Proposição nº 98/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria, que aprova os convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e com a interveniência do DER, com os Municípios e datas que especificam, todos objetivando a execução das obras que especificam, do "Projeto Cura", nos referidos Municípios. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 22/89 (Mensagem nº 49/89, ex-Proposição nº

35/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 16.12.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM e os Municípios de Santo Antônio do Caiuá e São Carlos do Ivaí, objetivando a execução de obras e serviços de controle da erosão urbana nos referidos municípios. (Inclua-se aqui o Município de Cidade Gaúcha. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 23/89 (Mensagem nº 21/89, ex-Proposição nº 22/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 29.11.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Empresa de Portos do Brasil - PORTOBRÁS S/A, vinculada ao Ministério dos Transportes, objetivando a realização de estudos da navegação nos Rios Paranapanema e Tibagi. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 24/89 (Mensagem nº 48/89, ex-Proposição nº 34/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social, e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Projeto de Produção de Alimentos em Panificação e do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis, Leite e Soja, Sucos e Sopas Cremosas. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 25/89 (Mensagem nº 13/89, ex-Proposição nº 15/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 08.11.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e de sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM e os que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana, nos municípios que especifica. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 26/89 (Mensagem nº 18/89, ex-Proposição nº 20/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios de Auxílio Financeiro sob o nº 1/88 a 11/88, celebrados em 07.03.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, a Fundação Nacional do Índio - 1ª Região e, respectivamente os Municípios de Cândido de Abreu, Guapirama, Larajeiras do Sul, Mangueirinha, Manoel Ribas, Ortigueira, Pal-

mas, Paranaguá, Santa Amélia, São Jerônimo da Serra e Turvo, objetivando aplicação de recursos destinados à manutenção de pessoal da rede municipal de ensino a crianças da comunidade indígena, de Primeira à Quarta Séries, do 1º Grau, nas reservas indígenas do Paraná. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 36/89 (Mensagem nº 57/89, ex-Proposição nº 43/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios de 1º de março de 1988, e termos aditivos datados de 29.07.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Justiça, Trabalho e Ação Social, e os Municípios que especifica, objetivando a implantação e manutenção dos serviços de assistência judiciária gratuita nos referidos Municípios. - Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela ordem)  
Sr. Presidente, eu requero que Vossa Excelência suspenda a sessão por cinco minutos, até que esta aglomeração termine.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está suspenda a sessão por 5 minutos.  
Está reaberta a sessão.

Acordo das lideranças, Projetos nº 35 e 32/89, retiradas as emendas para posterior estudo, que deverá ser feito na sessão de amanhã.

Os Srs. Deputados que aprovam os projetos em Segunda Discussão, queiram conservar-se como estão. - Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela ordem) Voto contra, Sr. Presidente.

Peço que registre meu voto contrário e digo também que ainda sou líder de uma Bancada e não participei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

Requerimento de nº 1351, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1334, de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1333, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1336, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1338, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante

do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1337, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1342, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1344, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1345, de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1346, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1350, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1348, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1332, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. - Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Transfiro para amanhã.

A sessão de amanhã, ordinária, será realizada às 14:00 horas, porque às 15:00 horas teremos uma sessão de entrega de título de Cidadão Honorário.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de uma informação, se o meu requerimento de convocação do Presidente da SANEPAR, passou e foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) O requerimento não foi apresentado à Mesa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Foi apresentado e está aí na Mesa, inclusive já protocolado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Amanhã haverá reunião da Constitucional às 09:00 da manhã.

Foi adiado o requerimento, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Foi pedido para discutir então, Sr. Presidente? O Deputado Neivo Beraldin pediu para discutir e então transfere-se para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A sessão das 15:00 horas é para outorga do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Benedito Rodrigues dos Santos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, às 14:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/89.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/89 e dos Projetos de Resolução nº 32, 34 e 35/89.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/89, e dos Projetos de Resolução nº 89/88, 22 a 26/89 e 36/89.

Marca, ainda, uma Sessão Solene, às 15:00 horas, para outorga do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Benedito Rodrigues dos Santos.

Levanta-se a sessão.